

Migração e Colonização no Brasil

GERALDO DE MENEZES CÔRTES

(Tenente-Coronel do Exército e ex-Diretor do Trânsito
do Rio de Janeiro, D.F.)

Mais uma vez a "Revista do Serviço Público" abre suas páginas à colaboração profícua, valiosa e consistente do Tenente-Coronel GERALDO DE MENEZES CÔRTES. O trabalho agora divulgado funda-se em pesquisas e traz a lume documentário deveras significativo para o estudo de nossos problemas de migração e colonização. A linguagem didática do autor faz dêste trabalho técnico uma lição eficaz para os não iniciados na matéria. A sua doutrinação segura e abalizada torna êste artigo um subsídio indispensável ao tratamento da questão pelos especialistas.

O Coronel MENEZES CÔRTES tornou-se conhecidíssimo componente da alta administração federal pelas suas atividades dinâmicas e renomadas à frente do Serviço de Trânsito na Capital da República. Impõe-se, porém, por muitos outros títulos, dentre os quais se destacam: cursos da Escola Militar, da Escola de Armas, da Escola de Estado-Maior do Exército, da Escola de Comando e Estado-Maior de Fort Leavenworth, da Escola dos Oficiais de Ligação Terrestre e Aérea, em Key Field e do curso de Informações Estratégicas no "Department of the Army (USA)"; Comissões de Instrutor da Escola Militar, de Pro-

fessor de Administração Militar e de História Militar na Escola Militar do Realengo, de Presidente do Conselho Nacional de Trânsito, um dos organizadores do Curso Especial de Informações, conferencista da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e Adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra e condecorações as mais honrosas.

Para salientar a autoridade do autor no campo do presente estudo, basta lembrar o brilhante curso que fez na Escola Superior de Guerra, sua atuação como adjunto e Chefe de Seção da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, o trabalho que realizou como Membro do Conselho de Imigração e Colonização, a contribuição que prestou como Delegado aos trabalhos da 1.ª Conferência de Migração e Colonização. E' também Delegado do Conselho Técnico Consultivo da Companhia Rural de Colonização e representante brasileiro na Comissão Mista de Imigração Italiana.

A divulgação do presente trabalho extero-típica o ponderável lastro do autor e concorre, sem dúvida, para mais valorizar êste número da Revista.

* * *

1. INTRODUÇÃO

CAUSAS DETERMINANTES DAS CORRENTES MIGRATÓRIAS

Generalidades

AS causas mais comuns dos movimentos migratórios, internacionais ou no interior dos Países, têm sido, através do tempo, sempre de ordem econômica. Mesmo quando não são preponderantes ou determinantes das correntes migratórias, os fatores econômicos facilitam ou constrangem os deslocamentos populacionais. Contudo, a história apresenta alguns exemplos em que as migrações decorreram de causas, não de natureza diretamente econômica, e sim de ordem política, religiosa ou psicológica.

Não estamos incluindo nas definições supra certos deslocamentos de contingentes humanos que têm sido chamados migrações forçadas entre os quais podemos citar o tráfico de negros, tão intenso no século XVIII e na primeira metade do século

XIX; a de "convictos" britânicos para a América do Norte, e mais tarde, para a Austrália; a de forçados franceses para a Nova Caledônia e a Guiana; e, mais recentemente, as gigantescas deportações durante a II Guerra Mundial, inclusive as realizadas por força do acordo Germano-Russo de 3 de novembro de 1939, repetindo o critério de transferência compulsória de contingentes populacionais, como os acordados após a I Grande Guerra entre a Grécia e a Bulgária, a Grécia e a Turquia e entre a Alemanha de um lado e a Letônia e a Itália, de outro lado.

Excetuadas, então, essas esporádicas migrações forçadas, realizadas em flagrante atentado à liberdade humana, as correntes migratórias são a consequência natural da busca humana à satisfação de necessidades que podem ser:

- de ordem material e
- de ordem sentimental.

E' o anseio de felicidade no campo material que estimula a corrida em busca de salários mais elevados, de melhores condições de vida, ou de

vantajosas compensações, quando não em proveito próprio, em favor da prole de quem migra.

As influências de ordem sentimental, por outro lado, são, principalmente, consequentes de grandes conflitos sociais, quer de ordem religiosa, quer de ordem política, e por isto mesmo, muito mais ocasionais e fortuitas, que as causas de ordem material na determinação das correntes migratórias.

As correntes de migração interna no Brasil encontram sua explicação em causas precípua mente econômicas, ao passo que aquelas provenientes do exterior e que hoje integram a nossa força demográfica, embora em sua generalidade tenham tido como causas principais também as de ordem material, em alguns casos sofreram além-mar influências de ordem espiritual, mais ou menos flagrantes.

Históricamente, os primeiros deslocamentos para o interior brasileiro, nas regiões Nordeste e Leste, foram a consequência do desenvolvimento da economia açucareira, e da expansão e consequente internação da pecuária nos tempos coloniais.

São as perspectivas de riqueza, na mineração do "ciclo do ouro", as provocadoras das primeiras migrações de vulto no País, atraindo para Minas, Goiás e Mato-Grosso as populações nordestinas e as do planalto de Piratininga, nos séculos XVII e XVIII.

A partir do século XIX, seria a cultura de café a determinante da migração interna, enquanto capaz de polarizar os próprios interesses econômicos, como, na transição do século passado para o atual, foi a borracha a grande atração das correntes migratórias de nordestinos que invadiram a Amazônia, especialmente o Acre, como é o desabrochar da industrialização, a partir da guerra de 1914-18 e especialmente seu desenvolvimento a contar do deflagrar do último conflito mundial, a causa primordial do movimento de grandes contingentes rurais para atividades urbanas, como, finalmente, são as oportunidades e os interesses de produção agrícola em terras novas o que ainda marca o destino das migrações internas.

Sem nos referirmos às extraordinárias levas de escravos africanos — as correntes migratórias vindas do exterior foram sempre animadas pelo desejo de prosperidade em nossa Terra.

Compreensão e exemplificação histórica

Durante o período colonial (fora os portugueses naturalmente) o Brasil só conheceu os contingentes estrangeiros desembarcados contra a vontade lusa ou apesar dela, destacando-se, como sabemos, os holandeses, os franceses e os ingleses.

Abertos os portos ao Comércio Internacional em 1808, e promulgado a 25 de novembro daquele mesmo ano, pelo príncipe D. João, o decreto que assegurava aos estrangeiros o direito à propriedade territorial, descerrava-se nova era, para o Reino então criado, e mais uma terra para onde poderiam migrar os contingentes populacionais excedentes do Continente Europeu.

Justamente aquela oportunidade ocorria, quando o progresso industrial e as possibilidades que proporcionou (principalmente as melhores condições de higiene e de combate às enfermidades) fizeram com que a população do Velho Mundo aumentasse tão rápida e intensamente, que uma parte, cada vez maior, da mesma, tinha de contentar-se, durante toda a vida, com precárias condições de existência ou emigrar.

As grandes e importantes mudanças de parcelamento das propriedades rurais, observadas no Continente europeu, durante a primeira metade do século XIX, foram a primeira e lógica consequência daquela situação de elevadíssima densidade demográfica. Orientação que tem presidido à política agrária daqueles povos, mas que, pela limitação das disponibilidades de terras, devido à natural resistência ao parcelamento das propriedades e à inexistência de terras novas por colonizar na Europa, não pôde evitar que o excesso de população se vertesse em outros grupos profissionais não agrícolas, ou que, inevitavelmente, tivesse êle de procurar o Novo Continente, a Australásia ou a África.

A emigração de orientais, indianos, chineses e japoneses encontra explicação em causas análogas: — grandes excessos populacionais, necessitando de espaço para subsistir em melhores condições.

Fortalecendo essas razões de ordem material somaram-se algumas vezes ponderáveis motivos de ordem sentimental. (1)

Até 1870, o descontentamento político e religioso (2) ao lado das dificuldades de subsistência, foram as principais causas determinantes das partidas da Europa. A expulsão das Congregações religiosas da Alemanha, em 1875, a de judeus da Rússia, em 1882, os massacres de armênios na Armênia e em Constantinopla (em 1893 e 1895), e a lei de expropriação dos poloneses, na Polônia, em 1908, igualmente, funcionaram, entre outras tantas causas de ordem sentimental, como incitadoras de emigração européia antes da I Grande Guerra; da mesma forma as perseguições, na Alemanha de Hitler, de 1933 a 1939, determinaram a saída de 400.000 refugiados, dos quais 12 % demandaram a América do Sul; e ainda o terror das perseguições, das torturas, da morte ou

(1) Causas religiosas na Inglaterra e na França no século XVII.

Desejo de escapar à conscrição militar em diversos países, notadamente, na Irlanda na primeira metade do século XIX.

(2) Revoluções em 1848 e 1849, de caráter social e de caráter político, no Wurtemberg, em Hesse-Cassel, em Berlim, em Nápoles, na Áustria, na Hungria, em Dresde, em Baden, dando lugar às proclamações liberais de Frederico-Guilherme IV, ao massacre de liberais napolitanos pelos extremistas e à intervenção Prussiana nos Estados Germânicos.

Em 1883 — seqüestro dos bens dos lombardos emigrados para o Piemonte.

Em 1860 — nova lei militar na Prússia.

Em 1867 — interdição aos católicos poloneses de relações com Roma (por Alexandre II).

da desonra levaram grandes contingentes populacionais das regiões assoladas pelas chamas da 2.ª Guerra Mundial a um êxodo sem precedentes na História. Finalmente, em grande parte, razões de ordem sentimental fazem ainda com que "displaced persons" em vez de demandarem seus locais de origem procurem fixar-se alhures, onde possam construir uma nova vida.

Fórcas motoras e de limitação — A estabilidade e a temporariedade das migrações

Um exame mais detido da questão migratória revela-nos que êsse fenômeno social, cuja energia propulsora pode ser sintetizada no anseio humano e natural de "ser mais feliz", é de fato a resultante de alguns fatores mais ou menos preponderantes e, não raro, concomitantemente influentes:

- uns agindo como fôrças incitadoras do movimento de emigração, nos países ou regiões de origem;
- outros atuando como fôrças de atração para as regiões de destino.

Além disso, certas limitações ora moderam umas, ora outras daquelas fôrças.

A mobilidade populacional que se observa no mundo é a consequência da atuação daquelas fôrças imponderáveis, de tal sorte caprichosas, que proporcionam ao mesmo tempo movimentos em sentidos contrários, porque num País ou região coexistem fôrças incitadoras de emigração e fôrças de atração.

Quando predominam as fôrças incitadoras, diz-se que se trata de um País ou região de emigração, e, quando as de atração sobrepujam aquelas, a região é dita de imigração.

Decorrente dessa própria explicação, uma migração pode ser permanente ou temporária.

E' comum considerarmos migração permanente em função da intenção manifesta de quem migra. O critério não satisfaz plenamente; não raro quem tinha a intenção de fixar-se definitivamente noutra localidade, retorna ou migra ainda para outra parte e, inversamente, quem se deslocou em caráter temporário se radica.

Por isto, se se deseja medir aproximadamente o valor da migração permanente, é preferível optar pelo critério do balanço entre os contingentes de imigração e de emigração, do que se basear na intenção manifestada pelo migrante.

Há migrações nitidamente temporárias: são as de deslocamento em épocas certas de contingentes de mão-de-obra, quase sempre em função das estações climáticas, ligadas às colheitas especialmente, e mesmo ao preparo da terra. E com o desenvolvimento da tecnologia, certos trabalhos especializados: barragens, túneis, pontes, sondagens mineralógicas etc. caracterizam, já hoje, um grande contingente de migração temporária, dos elementos encarregados de tais trabalhos especializados.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E PSICOLÓGICOS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS

Parece-nos que a melhor forma de sintetizar estes aspectos será apreciar suas consequências:

- de ordem geral;
- para o migrante;
- para o país de partida; e
- para o país de chegada.

Consequências de ordem geral

— melhoram a repartição das populações sobre o globo terrestre — pelo povoamento e exploração dos países novos;

— asseguram melhores condições de subsistência da população mundial, o que hoje constitui uma preocupação da humanidade e contribuem para seu desenvolvimento — pelo incremento da produção de matérias-primas e de produtos agrícolas;

— tendem para a aproximação dos povos — pelo contato de civilizações diferentes e pela troca de idéias.

Consequências para o migrante

— constitui sempre, para ele, um risco de ruína, de miséria, de doença, de morte mesmo, se não se puder adaptar ao novo meio.

— quando se adapta e vence, cria uma vida mais feliz para si e para sua família.

Convém aqui focalizar os efeitos sociais e psicológicos da migração, decorrentes dos problemas de adaptação.

Quem migra se vê na contingência de enfrentar maiores ou menores ajustamentos.

Se o ambiente que deixou é bem similar àquele no qual entra, seus ajustamentos são pouco e relativamente fáceis; não sofrerá, então, qualquer séria desintegração de caráter, nem provavelmente causará muito distúrbio na vida do grupo e na comunidade em que ingressa.

Se ao contrário, os ajustamentos são muitos e difíceis, por causa de amplas diferenças de padrões culturais entre migrante e nativo, é de esperar-se que os migrantes e suas famílias demonstram, numa larga medida, instabilidade na conduta, muitas vezes resultando sérias perturbações que chegam a gerar situações de vida ilegal, quando não levam à prática de crimes. Isto, em parte, porque os controles sociais que a população nativa julga bem adequados para disciplinar-lhes a conduta, não são efetivos para migrantes acostumados a controle bastante diferente. Além disso, quando o migrante acha difícil o ajustamento, também a comunidade recebedora julga a assimilação do migrante análogamente difícil, dando margem ao surgimento de mútuos e muitos antagonismos.

E' este conflito de padrões culturais da mais alta importância do ponto de vista social, ao se considerarem as consequências da migração, como importante é o conflito econômico que sempre surge entre o imigrante e o nativo.

As diferenças entre os descendentes de imigrantes e nativos são, sempre, felizmente, menos significativas, a não ser que os imigrantes sejam de raça bem diversa e facilmente distinguíveis dos naturais da região por suas características físicas.

A migração (e referimo-nos também à interna, merecendo por isso nossa particular atenção) especialmente onde as mudanças nas condições de vida são grandes, torna um desenvolvimento mental ordenado muito difícil e, às vezes mesmo, quase impossível. Devido aos reflexos da imigração estrangeira e da crescente migração interna, verifica-se, em certas partes do Brasil, um grande número de pessoas cuja conduta se traduz numa série de ações reveladoras de atitudes de imediatismos, imediatismos de toda sorte. Atitudes estas características de quem tem a consciência de vida curta, bem diversa daquelas correspondentes a um desenvolvimento mental bem ordenado e tranquilo. E' que as vidas dos que migram ficam, nas crises de adaptação, privadas dos benéficos efeitos dos hábitos e da tradição. Suas personalidades ficam desorganizadas, porque lhes faltam as crenças unificantes que, muito naturalmente, crescem nos homens quando vivem sob condições mais estáveis e a tradição lhes assegura oportunidade de agir, e, portanto, de êxito.

Consequências para o país de partida

- acarreta um desperdício sensível de forças nacionais, econômicas e militares;
- o incremento da população fica momentaneamente retardado e a pirâmide populacional pode alterar-se grandemente;
- a saída do migrante adulto constitui não só perda de um "produtor", mas também da totalidade do que com ele foi despendido, desde o nascimento até a adolescência, além do capital que ele, emigrante, pode conduzir. (Schmolle avaliou em 6 a 7 bilhões de francos os capitais assim emigrados da Alemanha para os Estados Unidos, no fim do século XIX).

Em compensação, há para o País de emigração as seguintes vantagens:

- os emigrantes enviam partes de suas economias às famílias que ficam no país de origem;
- além disso, emigrantes de retorno ou em viagens ao país natal, trazem também capitais que melhoram a balança de pagamentos, ao mesmo tempo que levantam o nível de vida do país de origem;
- os efeitos acima, combinados com a rarefação da mão-de-obra, acarretam uma elevação dos salários;
- desenvolvem-se as trocas comerciais entre os países de partida e de chegada;
- indústrias e técnicas novas, produtos agrícolas novos são revelados ao país natal, cuja influência política e prestígio no ambiente internacional aumentam ao mesmo tempo que suas colônias no estrangeiro.

Consequências para o país receptor

Preliminarmente, parece que para um país receptor de imigrantes só haverá vantagens. Com efeito:

- a população aumenta de elementos jovens, selecionados muitas vezes do ponto de vista físico, tendo energia, iniciativa e espírito empreendedor;
- não há capital a amortizar correspondente aos que vêm em idade adulta; se retorna só leva economias; e durante a estada enriquece seu lugar de asilo momentâneo com o que produziu e gastou;
- contribui para a exploração de terras novas, para a valorização de terras já exploradas, para o desenvolvimento da produção e da renda nacional, muitas vezes aceitando trabalhos que os nacionais não teriam querido realizar, ou de certa forma, alguns não teriam capacidade para o fazer.

Mas, não devemos deixar de registrar que também há um reverso para tal reluzente medalha:

- por vezes reclama-se a imigração de criar para a classe obreira, uma concorrência perigosa, ameaçando seus salários e seu nível de vida;

- por outro lado, há os temores decorrentes de chegada de indesejáveis em má condição sanitária, ou de opiniões políticas julgadas subversíveis; grupos compactos, que não podem ser facilmente assimilados por motivos diversos, constituem outro perigo.

Nos últimos anos, tem-se reconhecido na imigração um certo perigo ponderável, pelas sérias dificuldades políticas advindas de uma imigração sem adequada filtragem.

São aquêles temores, aquêles ônus, aquêles perigos que deram origem à política de restrição dos movimentos imigratórios aplicada com maior rigor, aqui e acolá, desde algum tempo, ou melhor, após os anos "20" que sucederam à I Guerra Mundial.

2. A IMIGRAÇÃO NO BRASIL

QUADRO EM QUE SE SITUA NOSSA IMIGRAÇÃO

Constituíram, até 1930, *fórcas incitadoras da imigração europeia*:

- o crescimento rápido da população na Europa;
- o desemprego parcial momentâneo, devido às transformações industriais.

Por outro lado, devemos destacar entre as *fórcas de atração*, em países novos, como o nosso, o preço baixo da terra, quando não a própria doação de terras, e isso teve importância capital, principalmente até o ano de 1880, quando os grandes contingentes imigratórios da Europa eram constituídos de agricultores. Depois daquela época, e como hoje acontece, houve uma certa modificação na importância deste fator de atração, porque já havia ocorrido a versão dos excessos de população agrícola para as habilidades industriais.

Também influiu, sobretudo nas *fórcas de atração*, o melhor conhecimento de situação promissora, em terras novas. E' sabida a influência do conhecimento das possibilidades de emprêgo certo; sejam elas informadas por parentes, por amigos, ou mesmo através de agências de propaganda, não só dos países interessados na imigração, como também das empresas comerciais de transporte ferroviário e, principalmente, marítimo, as quais auferiam lucros *per capita* dos transportados.

Além disso, o desaparecimento de certas limitações existentes antes do século XIX, principalmente ligadas aos meios de comunicações, possibilitaram um incremento emigratório para o nosso Continente. A confirmação do reflexo que uma limitação maior ou menor dos meios de transporte exerce sobre a mobilidade populacional, nós encontramos até ao analisarmos nossas próprias migrações internas, como veremos adiante.

E para ter-se uma idéia do que foi esta limitação no passado, basta dizer que, no século XVII, uma viagem para a Europa ou para o Canadá, por exemplo, demorava 2 meses e havia um risco de

morte de 40 a 50 % dos transportados. Constituía quase uma impossibilidade da emigração européia em massa, para as novas terras.

O custo da viagem sempre importou em limitação; haja vista que todos os incrementos imigratórios, principalmente para o Brasil, estiveram ligados ao financiamento da viagem, ou, por cunha, ao custeio da viagem. Não era só o financiamento; muitas vezes foi a passagem dada de graça que facilitou, quando não mesmo possibilitou, a vinda de grandes contingentes migratórios.

Uma outra grande limitação, principalmente para o Brasil, e de considerável influência era a aversão natural à vida ao lado do regime de escravidão, aqui existente até 1888, pelos efeitos psicológicos que provocava no homem europeu.

Após a I Guerra Mundial, mais precisamente depois do período imigratório que poderíamos dizer, de transição, de uma época antiga para a atual, de 1920 a 30, a situação da migração começou a modificar-se no sentido do decréscimo, porque surgiram outras limitações, atuando tanto sobre as forças incitadoras, quanto sobre as de atração:

— a entrada de estrangeiros começou a ser limitada (foi a primeira reação); surgiram certas restrições à circulação de alguns grupos étnicos ou políticos;

— a legislação discriminatória surgiu para proteger os nacionais e passou a constituir um desestímulo ao braço estrangeiro; (3)

— a regulamentação de passaportes tornou-se mais restrita, ao mesmo tempo que as dificuldades de transporte mais agudas; foi suspenso o custeio das passagens pelo Estado, o qual, no Brasil, vinha sendo feito em algumas épocas, pelo Estado Federal e depois, também pelo Estado de São Paulo;

— os países europeus começaram a opor dificuldades à emigração e alguns chegaram mesmo a proibi-la.

Ao mesmo tempo, as antigas forças incitadoras, observadas até então, nos países europeus de emigração, se enfraqueceram, porque:

— de certa forma a natalidade decresceu na maior parte dos países europeus;

— melhorou a situação das classes operárias;

— uma legislação generosa que passou a amparar os desempregados constituiu um freio à tentação de partida para além-mar.

Terminara, realmente, a época em que o homem e os grupos sociais podiam mover-se livremente de um país para outro, ou de um lugar a outro de um país, à procura de condições de vida mais favoráveis.

QUAL TEM SIDO E COMO SE TEM DESENROLADO A IMIGRAÇÃO PARA O BRASIL?

O gráfico n.º 1 indica-nos o montante dos contingentes de imigrantes estrangeiros chegados ao Brasil e ressalta bem:

— a insignificância da chegada de estrangeiros no Brasil de 1808 a 1819, a ponto de não merecerem registro;

(3) E basta percorrer a nossa vasta legislação a respeito, para ver que as restrições aos estrangeiros no campo trabalhista surgiram nesta época e são de vulto bem grande.

— o período de descontinuidade e de fracos contingentes imigratórios, de 1819 a 1850, dentro no qual se destacam os 1.700 suíços vindos para o morro Queimado, em Friburgo, em 1819;

— o período de desabrochar da imigração com contingentes apreciáveis de 1850 a 1886;

— os três períodos máximos de imigração:

1887-1898;

1905-1914, com um pico intermédio em 1901;

1920-1930;

— a base latina da imigração, e, nesta, a corrente portuguesa concorrendo continuamente e com melhor regularidade que a italiana e a espanhola. A imigração italiana que se inicia com grupos apreciáveis em 1876 e assume a liderança dos contingentes no primeiro dos grandes períodos, perdendo para a portuguesa e mesmo para a espanhola no 2.º período, junto com a qual vai decrescendo de importância no terceiro período e a partir dêle;

— o início da imigração japonêsa, em 1908, chegando a assumir a liderança das demais, em 1933 e 1934;

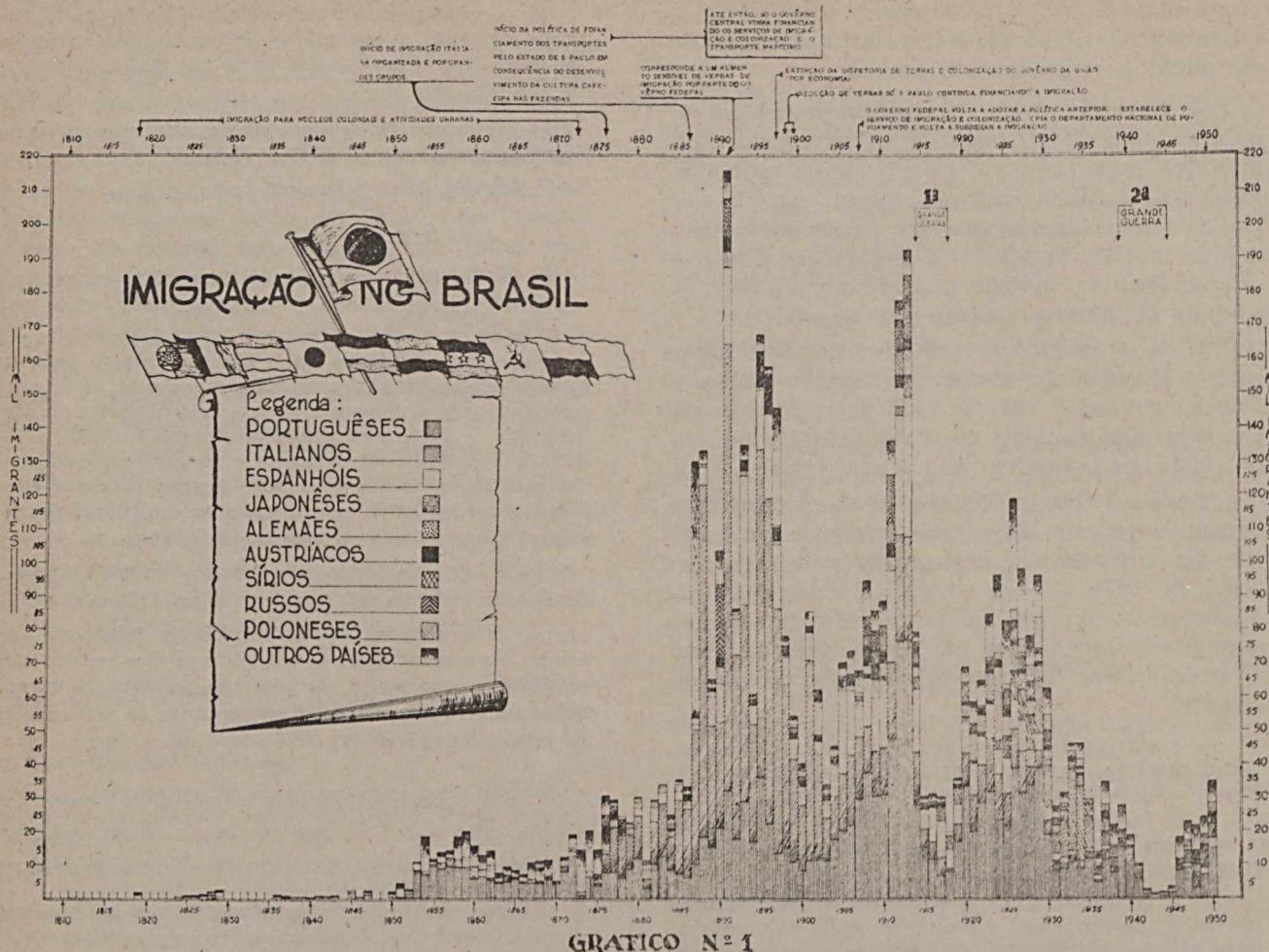
— a constância ou regularidade da imigração germânica e austríaca, desde os primeiros tempos embora com contingentes não muito elevados só apresentando quantidades maiores no período correspondente às perseguições da política hitlerista.

Se compararmos o gráfico n.º 1 de nossa imigração com o n.º 2, que retrata a imigração dos Estados Unidos da América do Norte, notamos:

— que também lá houve altos e baixos no fluxo imigratório. Realmente é impossível haver regularidade nas migrações, porque o Estado nunca pode ser força motora na imigração. A força motora reside na vontade individual de cada um, exceção que fazemos evidentemente para as migrações forçadas, sujeitas à vontade estatal, mas que são incompatíveis com a nossa compreensão do direito de liberdade do indivíduo de se locomover. De modo que, abstraindo as migrações forçadas, o Estado, tanto de emigração como de imigração, só pode agir como força reguladora, jamais como força motora. E esta é a explicação principal para os altos e baixos notados nos gráficos 1 e 2;

— que os picos da imigração nos Estados Unidos em 1854, 1873 e 1882 correspondiam a mais de vinte vezes o montante de nossa imigração na época, mas já nos anos que precederam a primeira grande guerra, em 1913 e 1914, a proporção passou a ser de 6 para 1 aproximadamente, decrescendo ainda mais a diferença proporcional na média dos contingentes imigratórios nos dois países, entre 1920 e 1930, quando se observou a relação de 5 para 1.

Não podemos deixar de assinalar que os pontos altos da imigração para os dois países, correspondem no Brasil ao grande desenvolvimento da cultura cafeeira, bastando comparar o gráfico 1 com o gráfico 3 (da evolução do café nos principais de nossos Estados produtores) e nos Estados Unidos da América do Norte ao surto industrial daquele País, no fim do século passado e do início dêste século. Além disso, convém lembrar que os grandes contingentes observados entre 1887 e 1898 correspondem às facilidades de transporte oferecidas aos imigrantes e que o grande pico de 1891 coincide exatamente com o aumento sensível de verbas federais, que passaram



a reforçar a política de financiamento da Imigração, que o Estado de São Paulo vinha fazendo em prol do custeio das viagens dos imigrantes.

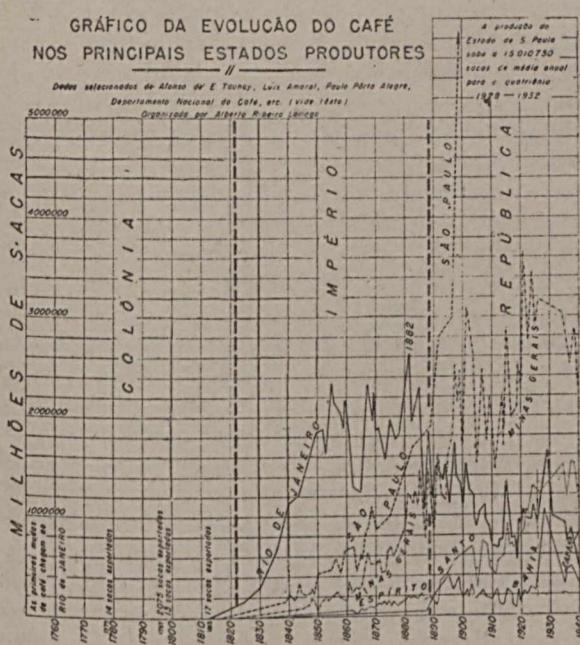


GRÁFICO N° 3

Se observarmos mais detidamente o gráfico n.º 1, ainda podemos verificar:

— o decréscimo da imigração, observado a partir de 1897, correspondente exatamente ao fato de o governo federal ter, naquela ocasião, fechado praticamente os serviços imigratórios e acabado com as dotações orçamentárias para o custeio da imigração, inclusive para o pagamento de passagens. E, se o decréscimo não foi maior deve-se ao fato de São Paulo ter continuado a proporcionar, numa certa escala, passagens gratuitas aos imigrantes com destino à lavoura cafeeira;

— novo pico imigratório, entre 1908 e 1914, coincide exatamente com o ressurgimento de uma política de custeio de passagens.

Como vimos, há uma íntima correlação entre as causas econômicas e o aligeiramento das limitações existentes, e a maior ou menor intensidade dos movimentos migratórios para o Brasil. Quando observamos o sensível decréscimo da imigração após 1930, é porque começaram a surgir novas e conhecidas limitações de caráter restritivo, já então numa situação agravada para nossa imigração, porque as passagens deixaram de ser custeadas pelo Estado brasileiro.

Os dois grandes baixos da imigração observados no gráfico n.º 1 correspondem, como não podia deixar de ser, às duas grandes guerras de 1914 a 1918 e de 1939 a 1945.

Não se nota, nitidamente, no gráfico n.º 2, nenhuma situação de decréscimo correspondente ao conflito 1939/1945, porque já desde 1930 os Estados Unidos ofereciam uma barreira quase intransponível à entrada de imigrantes.

QUE TEM REPRESENTADO A IMIGRAÇÃO PARA O BRASIL?

Apreciação do ponto de vista demográfico

Para aquilatar-se do significado das expressões quantitativas registradas no gráfico n.º 1, na formação do povo brasileiro, é preciso levar em conta, de um lado, que consideráveis contingentes de estrangeiros deixaram o País temporária ou definitivamente e, de outro, recordar a proporcionalidade que as correntes imigratórias de diferentes nacionalidades guardaram entre si e em relação à população brasileira, quando da chegada dos principais contingentes alienígenas, especialmente nas regiões para onde foram dirigidos ou se encaminharam.

O balanço migratório e os resultados censitários — A deficiência de estatísticas focalizando a emigração e a imigração, impede-nos de apresentar o balanço migratório anual, que representaria, com mais fidelidade, a influência real estrangeira no quadro demográfico do Brasil.

O quadro abaixo mostra-nos como o balanço de entrada e saída é importante e capaz de modificar a impressão que se tem, ao analisar exclusivamente estatísticas de entrada, como a que serviu de base ao gráfico n.º 1.

BALANÇO MIGRATÓRIO DO BRASIL

AÑO	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO
1936.....	47.146	31.292	15.854
1937.....	40.126	30.989	9.137
1938.....	29.023	18.225	10.798
1939.....	38.448	23.971	14.477
1940.....	33.285	14.489	18.796
1941.....	25.353	15.622	9.721
1942.....	12.333	8.003	4.330
1943.....	12.230	7.137	5.153
1944.....	15.004	10.632	4.372
1945.....	22.349	13.874	8.475

Não há leis que permitam estimar tais balanços, flutuam êles com a mesma irregularidade dos índices migratórios e de que dependem. Revelam-se positivos ou negativos e negativos por vêzes mesmo em países reconhecidos, de um modo geral, como de imigração. De 1931 a 1936, os Estados Unidos da América, por exemplo, revelam os seguintes saldos negativos:

1931	10.237
1932	112.786
1933	93.074
1934	13.268
1935	9.329
1936	2.385

Apesar de uma corrente imigratória forte, pode haver, ao mesmo tempo, um saldo relativamente fraco, por força de emigração também intensa. Assim, podemos constatar por exemplo: Em 1908 nos Estados Unidos da América entraram 924.695 estrangeiros, mas saíram 714.828 alienígenas, restando um saldo na balança de migração de 209.867 estrangeiros.

Então, para termos uma idéia quantitativa da influência estrangeira no Brasil, devemos recorrer aos resultados censitários, que acusam qual a existência de alienígenas no Território Nacional, em

determinadas épocas. Com este objetivo, vejamos no gráfico n.º 4 os resultados assinalados nos censos de 1872, 1890, 1900, 1940 e 1950.

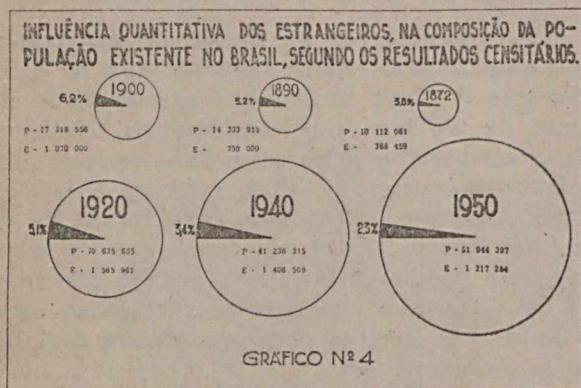


GRÁFICO N.º 4

Os diâmetros dos círculos são proporcionais à população existente no Brasil, segundo cada um daqueles censos, e os setores assinalados no gráfico correspondem às percentagens que os estrangeiros recenseados representavam em relação à população existente. Logo à primeira vista, verificamos que a quantidade de estrangeiros no Brasil nada foi de extraordinário e muito menos de alarmante em relação ao total de nossa população. Para ter-se uma melhor idéia do valor quantitativo, é preciso associar-se à expressão numérica, de um lado, a percentagem de outro lado, como o fizemos no gráfico n.º 4.

A influência das diferentes etnias — Vejamos agora, no gráfico n.º 5, como as etnias estrangeiras influíram no contingente populacional alienígena no Brasil.

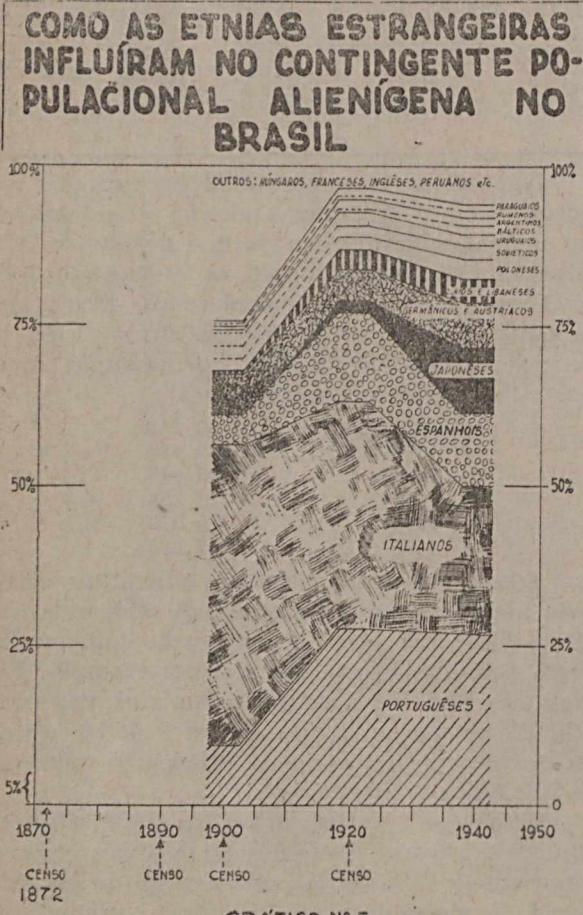


GRÁFICO N.º 5

Infelizmente, dificuldades em obter os dados censitários de 1872, 1890 e de 1950 (estes ainda não concluídos) não permitem apresentar um gráfico mais completo. Podemos observar como a influência latina é percentualmente marcante e como foi predominante o contingente italiano, no século passado, em relação a português e espanhóis. O grosso da população italiana corresponde aos grandes contingentes que se destinaram às lavouras de café, pois, um número muito mais reduzido dirigiu-se aos núcleos coloniais sulinos, embora o coeficiente de fixação observado nestes últimos tenha sido muito maior do que nas fazendas. A partir de 1920, e principalmente depois de 1928/1929, o grosso da imigração italiana já não mais se destinava às fazendas e sim aos centros urbanos e às indústrias, já não eram mais agricultores os que emigravam da Itália. O gráfico nos elucida ainda, como a influência de germânicos e austríacos tem sido uniforme, ocupando uma posição verdadeiramente intermédia, entre a grande massa alienígena de origem latina e a mistura de grande número de nacionalidades. Mistura que faz com que se encontrem para as nacionalidades correspondentes pequenos coeficientes percentuais, muitos dos quais nem comportaram representação gráfica. Merecem menção especial os japonês e os sírios e libaneses com percentagens mais significativas, já em pleno século XX, quando os últimos engrossaram um pouco mais seus anteriormente fracos contingentes imigratórios, como aliás bem evidencia o gráfico n.º 1.

Focalizemos agora a situação levando em conta a origem continental de nossos imigrantes.

Nossa gente estrangeira é de origem europeia, como bem indica o gráfico n.º 6, e era muito mais

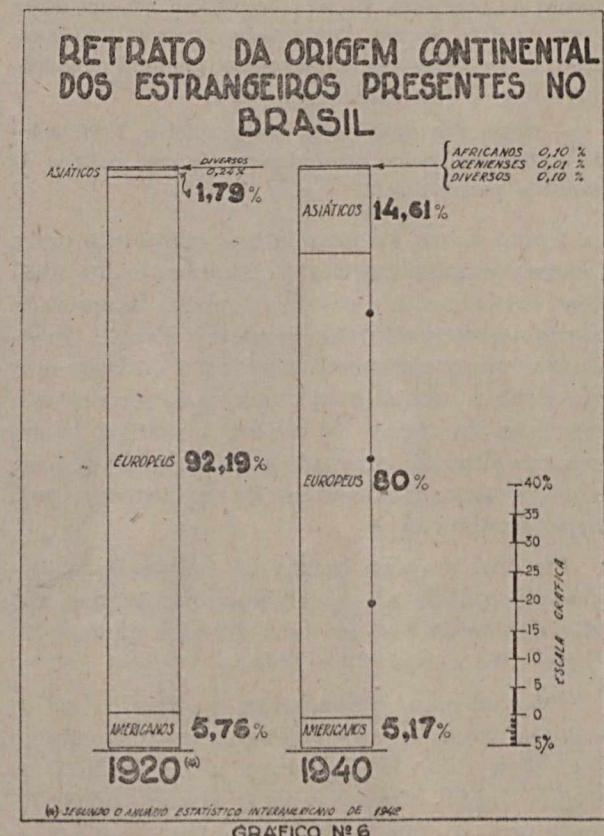


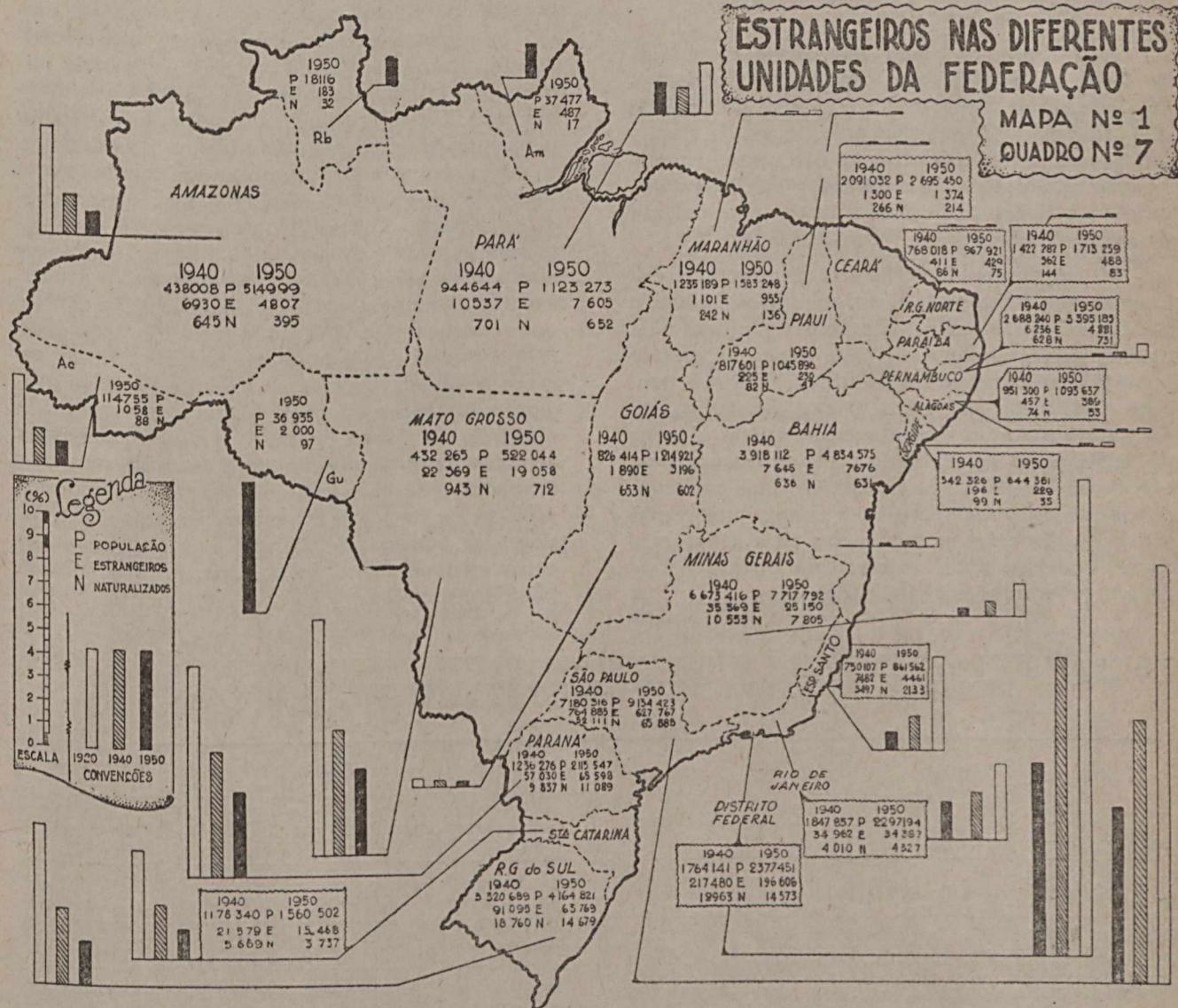
GRÁFICO N.º 6

de origem européia no princípio do século, como revela o censo de 1920, quando representava 92,19 % dos estrangeiros presentes. Os asiáticos só aparecem no censo de 1940 com a significativa percentagem de 14,61 %, devido à imigração japonesa, iniciada em 1908, como já vimos. Os imigrantes de origem americana têm decrescido um pouco percentualmente, à proporção que passam os anos deste século. A melhoria das condições terrestres com nossos vizinhos, entre tanto, possivelmente virá a concorrer para que tenha-

mos número mais significativo de estrangeiros de origem americana em nossa população.

As percentagens globais, em relação à população total, não dão, contudo, a impressão da importância de certos contingentes alienígenas.

O mapa n.º 1 (quadro n.º 7) permite-nos ajuizar qual tem sido a influência dos estrangeiros, em relação à população presente em cada um dos Estados da Federação, dos pontos de vista quantitativo e percentual.



Quando se analisa a situação do ponto de vista de cada nacionalidade, também as percentagens podem ser fracas, como as que revelam o mapa 1; mas, devido ao fato dos alienígenas não estarem uniformemente espalhados no território nacional, podemos encontrar predominância maior e até mesmo inconveniente de estrangeiros e de determinadas nacionalidades em certos municípios brasileiros. Por isto, a concentração da massa estrangeira e especialmente de cada nacionalidade nos Estados e Municípios, merece atenção, pela importância que em alguns deles já assume ou possa assumir na evolução do sentimento nacional.

Em 1900, por exemplo, os italianos representavam 3 % da população do Brasil, mas em São Paulo os italianos correspondiam a 15,8 % da população do Estado.

Segundo o censo de 1940, apesar de haver em São Paulo 2,5 % de italianos em relação à sua população, observavam-se concentrações mais significativas em alguns dos municípios paulistas. Assim, na Capital de São Paulo, 5,6 % de sua população eram de italianos, em Santo André elas correspondiam a 5,7 % e, em Taquaritinga, equivaliam a 6,3 % da população municipal. Dados que servem para elucidar a importância da aná-

lise das concentrações, embora as cifras acima náda revelem de inconveniente por representarem fracas percentagens.

O quadro da imigração japonêsa, do ponto de vista do perigo das concentrações, é muito mais significativo, pois o censo de 1940 ainda nos oferece os seguintes dados informativos, sobre a percentagem de japonêses em relação às populações municipais:

- 39,7 % em Pereira Barreto,
- 18,0 % em Tupã,
- 12,3 % em Valparaíso,
- 12,1 % em Marília etc.

Não dispomos ainda dos dados censitários de 1950, que focalizem os estrangeiros por nacionalidade e, por isso, não nos é possível ir além do que afirmar que os contingentes globais de estrangeiros têm diminuído percentual e mesmo numéricamente, em todas as Unidades da Federação, exceto na Bahia, onde aliás a diferença é de fato pequena. (Ver mapa 1 — quadro 7.)

Na avaliação da influência demográfica dos imigrantes na composição do povo brasileiro, não podemos limitar-nos ao cômputo do número de estrangeiros apurados em cada censo; é preciso levar em conta os naturalizados brasileiros e também a prole dos diferentes grupos de alienígenas. Os naturalizados representavam, segundo o censo de 1940, perto de 10 % do total de estrangeiros, e o censo de 1950 acusa também uma percentagem desta ordem, embora ligeiramente maior, mas são bem diferentes as tendências para a naturalização, como se pode observar no quadro n.º 8, para as diferentes nacionalidades.

O emérito professor GIORGIO MORTARA salienta que a influência estrangeira em nosso crescimento demográfico não foi muito grande e estima em 3.500.000 os estrangeiros que permaneceram no Brasil, considerando que o dôbro desse total corresponde ao contingente da descendência alienígena. Não tenho estudos especializados a respeito para refutar tal afirmação. Parece-me, entretanto, que devemos atribuir à descendência de alienígenas um maior valor no crescimento de nossa população, mesmo que se deseje considerar exclusivamente a segunda geração, e não os filhos dos filhos de estrangeiros e muito menos os filhos de seus netos.

A segunda geração corresponde, nos resultados censitários de 1940, a quase o triplo do número de estrangeiros existentes (Ver o quadro número 8). E um julgamento equilibrado a respeito ainda precisa levar em conta que, se encontramos, à luz do censo de 1940, um número relativamente baixo de descendentes de japonêses (uma segunda geração de 100.000 brasileiros de origem japonêsa para uma existência de 140.000 japonêses no País) os 285.124 italianos acusam, ao contrário, uma segunda geração de 1.260.931, apesar de uns e outros terem análogos índices de proliferação. A aparente disparidade se explica no fato de ser recente a imigração japonêsa e muito antiga a imigração italiana no Brasil. Quando se conhecer o resultado do Censo de 1950, a situação deve ter evoluído bastante, porque terão decorridos 10 anos sem a entrada de novos contingentes imigratórios japonêses e terá havido tempo para que um considerável número de crianças e jovens japonêses entrados no Brasil, antes da Guerra, constituíssem família e procriassem.

QUADRO SEGUNDO O CENSO DE 1940, FOCALIZANDO PARA OS PRINCIPAIS GRUPOS DE NACIONALIDADES DE ORIGEM, OS NÚMEROS DE NATURALIZADOS E DE SEGUNDA GERAÇÃO

Quadro n.º 8

NACIONALIDADES	SEXO	NÚMERO DE:		
		ESTRANGEIROS	BRASILEIROS NATURALIZADOS	2.ª GERAÇÃO
Alemã...	H	38.483	5.085	79.625
	M	32.239	2.982	80.184
Austríaca...	H	9.347	2.343	29.496
	M	8.970	1.344	27.925
Espanhola...	H	76.950	8.494	169.021
	M	70.947	4.149	171.458
Italiana...	H	146.907	26.045	643.374
	M	138.217	14.136	612.557
Japonêsa...	H	77.200	2.292	52.818
	M	63.493	1.538	51.537
Polonesa...	H	20.981	3.728	44.567
	M	20.058	2.384	44.208
Russa (U.R.S.S.)...	H	13.740	2.226	21.922
	M	13.261	1.186	21.509
Portuguêsa...	H	218.901	21.237	368.148
	M	135.410	4.746	367.781
Síria, Libanesa, Palestina, Iraniana...	H	27.680	4.163	53.769
	M	18.097	1.284	53.307
Outras...				
TOTAL...	H	709.076	84.200	1.648.284
	M	574.757	38.538	1.627.448
	SOMA....	1.283.833	122.735	3.275.732

Apreciação dos pontos de vista sociológico, político e econômico

Acabamos de ver vários aspectos que permitem um julgamento do ponto de vista demográfico. Vejamos agora dos pontos de vista sociológico, político e econômico, focalizando as observações que parecem merecer destaque especial:

— A concentração de estrangeiros no Sul do país e a ausência de contingentes alienígenas apreciáveis no Norte concorrem para o desequilíbrio global observado entre essas duas regiões.

Dos pontos de vista social e político, a migração interna, felizmente, vem minorando os efeitos daquele desequilíbrio, tão prejudicial à unidade nacional.

Como sabemos, a vinda dos imigrantes para o Sul constituiu um refôrço tal do ponto de vista econômico (cultura, técnica, força de trabalho e até mesmo capitais), que lhe aumentou o desenvolvimento econômico extraordinariamente e já agora, apesar do decréscimo atual da importância numérica dos estrangeiros na Região Sul em relação a épocas passadas, está criado o desequilíbrio econômico entre o Sul e o Norte. Devido ao princípio dos vasos comunicantes, a migração interna crescerá sempre em proveito do Sul, e o desequilíbrio tende a agravar-se até que uma política sábia de ação direta, venha contrabalançar os atuais efeitos de atração do Sul, como veremos ao tratar das migrações internas.

— A concentração exagerada em pequenas localidades ou municípios a que nos referimos, e especialmente em zonas coloniais, concorre para o desenvolvimento de comunidades estranhas ao ambiente brasileiro, verdadeiras populações marginais.

Felizmente, este aspecto que já nos preocupou bastante, perdeu hoje muito de seu significado e importância, por vários motivos. Podemos dizer, por exemplo, que o desenvolvimento das estações de radiodifusão, emitindo noticiários, contando suas histórias, fazendo seus anúncios e levando, portanto, a palavra portuguesa aos mais longínquos recantos do Território Nacional, evidentemente, têm concorrido para levar nossa língua àqueles meios, até então a ela fechados e, em grande parte, não por culpa dos próprios alienígenas.

O decréscimo do número de estrangeiros ao lado do aumento de população brasileira, leva-nos à convicção de que não há mais motivo para qualquer apreensão, quanto às maiores concentrações de alienígenas observadas. Não podemos admitir que hoje existam quistas nacionais ou raciais, no território brasileiro, mas, evidentemente, devemos agir sempre com inteligência, cuidado e firmeza para que elas não surjam, ou para que elas não ressurjam.

— A influência cultural das migrações humanas pode ser observada através de vários fatos e estudos.

Sabe-se que padrões culturais em contato sofrem ou travam lutas das quais, mesmo as etnias mais fortes, não conseguem sair incólumes. Realiza-se um verdadeiro processo de aculturação. E é, através de tal processo, que se consegue ir elevando, progressivamente, o nível cultural de nossas populações, sempre que as colocamos em contato com padrões culturais mais adiantados. Os traços, em qualquer época, observados no padrão cultural de uma sociedade e que se diferenciam dos padrões originais das diversas culturas em presença, são os resultantes da aculturação, revelados em novas técnicas agrícolas ou industriais, em novos costumes e gostos, no próprio desenvolvimento artístico etc.

Medir os alcances dos processos de aculturação é sempre difícil. Há, contudo, indícios capazes de traduzir ou de retratar as dificuldades que as diferentes correntes de imigração no Brasil têm apresentado, no sentido da inevitável e mesmo desejável aculturação processar-se normal e suavemente, sem comprometer os traços característicos essenciais de nosso povo, principalmente seu espírito de coesão nacional. Indícios que podemos traduzir como reveladores das dificuldades de assimilação, considerando esta como resultado dos processos de uma aculturação natural em que nenhum perigo corram o espírito e a unidade nacionais.

Entre aqueles importantes indícios, situamos o de falar habitualmente no lar uma língua estrangeira e também o revelado pela fraca tendência ao casamento de elementos de certos grupos estrangeiros com elementos nacionais.

Os estudos censitários são capazes de fornecer interessantíssimos dados a respeito. Assim, ainda calcado no Censo de 1940, apesar de existirem naquela época 1.406.000 como primeira geração de estrangeiros, incluídos os naturalizados falavam habitualmente no lar uma língua estrangeira (excluídos os indígenas) 1.566.662 pessoas, ou seja, 37,99 por 1.000 habitantes, dos quais:

340.939 nacionais de países estrangeiros
144 de nacionalidade não declarada
21.054 naturalizados brasileiros
1.203.925 naturais e nacionais do Brasil.

Mas o que mais nos interessa é o estudo particularizado a respeito da língua característica das diversas nacionalidades (ver o quadro n.º 9) e tendo em vista o número dos estrangeiros de cada um dos grupos acolhidos antes de 1940, ou seja: pouco menos de 400.000 alemães e naturais de países de língua alemã, cerca de 175.000 japoneses, quase 1.000.000 de italianos e 400.000 espanhóis e naturais da América espanhola.

FALAM HABITUALMENTE NO LAR UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA (EXCLUI OS O GUARANI E OUTRAS INDÍGENAS), SEGUNDO O CENSO DE 1940

Quadro n.º 9

LÍNGUA	N.º DE PESSOAS QUE FALAM HABITUALMENTE NO LAR	% SÔBRE A POPULAÇÃO BRASILEIRA
Alemã.....	644.458	1,56%
Italiana.....	458.054	1,11%
Japonêsa.....	192.698	0,47%
Européias aqui não especificadas (polonesa e russa principalmente).....	167.362	0,41%
Espanhola.....	74.381	0,18%
Outra asiática.....	11.170	0,03%
Inglês.....	7.928	0,02%
Francesa.....	3.190	0,01%
TOTAL.....	1.566.662	3,79%

Como vemos, no quadro n.º 9, quatro são as línguas mais faladas habitualmente no lar, isto é, a alemã, a italiana, a japonêsa e a espanhola, mas naqueles totais estão incluídos não só os estrangeiros como os seus descendentes, como esclarece o quadro a seguir:

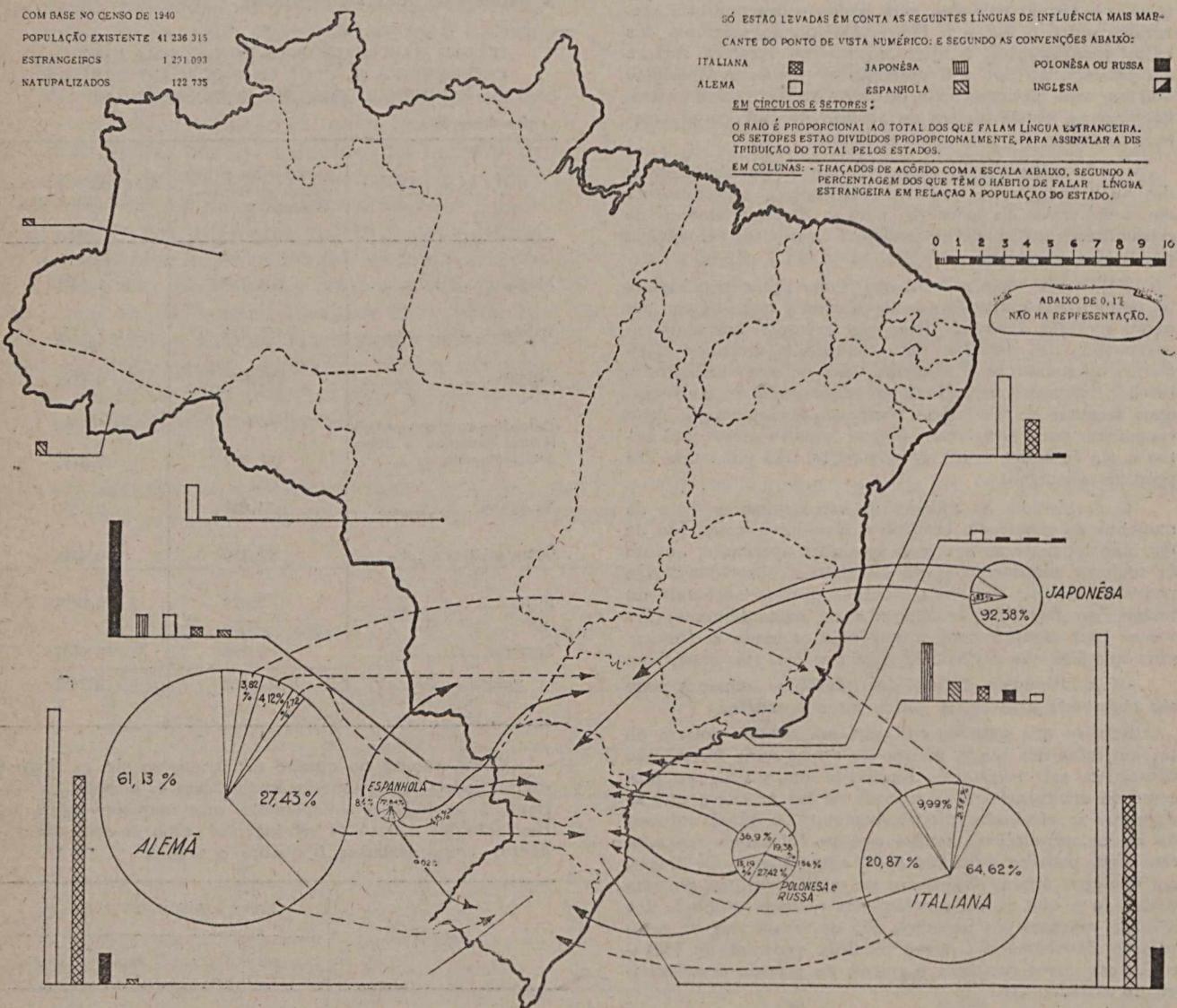
GERAÇÃO	FALAM HABITUALMENTE NO LAR			
	Alemão	Italiano	Japonês	Espanhol
Primeira (os imigrados)...	64.000	53.000	122.000	46.000
Segunda.....	110.000	120.000	70.000	26.000
Terceira e seguintes.....	470.000	285.000	1.000	2.500
TOTAL.....	644.000	458.000	193.000	74.500

E' preciso analisar o quadro acima com a devida cautela para não errar na conclusão. E' evidente que a permanência do hábito de falar a língua materna no lar

entre os descendentes de imigrantes, é indício desfavorável do ponto de vista de assimilação. Mas é necessário atentar para o fato de que recentes correntes imigratórias, como a japonês, têm forçosamente fraquíssimos contingentes de descendentes e então os números registrados no quadro acima estão longe de ter o significado que um exame apressado poderia emprestar. Se, contudo, compararmos o número de imigrantes com o dos que continuam falando, habitualmente, no lar a língua de origem, vemos que as dificuldades maiores para a assimilação do ponto de vista lingüístico são em ordem decrescente as etnias japonês, alemã, italiana e espanhola. Excetuando a imigração japonês que se iniciou em 1908, as demais podem ser consideradas no mesmo pé de antiguidade e o que se observa a respeito do hábito de falar a língua materna entre seus descendentes, confirma ainda a conclusão supra.

INFLUÊNCIA ALIENÍGENA ATRAVÉS DO HÁBITO DE FALAR LÍNGUA ESTRANGEIRA NO LAR.

MAPA N° 2 QUADRO N° 10



vivam os estrangeiros e seus descendentes têm para a conservação do hábito a que estamos nos referindo. Por exemplo, a maior percentagem dos que falam habitualmente o italiano não está em São Paulo (9,99%) e sim no Rio Grande do Sul (64,62%), quer dizer, onde os italianos e seus descendentes vivem em zonas coloniais, apesar de sabidamente a predominância dos imigrantes italianos e de seus descendentes estar naquele Estado e não no último.

Podemos então concluir quanto e porque os planejamentos de colonização com estrangeiros, merecem muito

As principais influências de línguas estrangeiras, medidas através daquele hábito, nos diferentes Estados da Federação, podem ser representadas pelas percentagens dos que falam habitualmente no lar o alemão, o italiano, o japonês, o polonês ou o russo e o espanhol, em relação à população existente em cada Estado (ver mapa n.º 2 — quadro n.º 10). Mas o julgamento mais preciso daquelas influências ainda exige que se observe em que Estados se notam as maiores concentrações dos que falam habitualmente no lar o alemão, o italiano, o japonês, o espanhol e o polonês ou o russo. Impressão que se obtém através da comparação dos registros da distribuição percentual dos que têm o hábito de falar cada uma daquelas línguas, pelos diferentes Estados da Federação.

Sem descer a maiores pesquisas é interessante salientar a influência que os ambientes fechados, em que

maior atenção, do ponto de vista de assimilação, do que quando se trata de admitir imigrantes para atividades urbanas.

O fato de, segundo o censo de 1940, só 1,69% dos habitantes, 13,71% dos estrangeiros e ex-estrangeiros, e 1,19% dos naturais e nacionais do Brasil não falem correntemente o português, não é motivo para descurarmos dêste importantíssimo fator no processamento da assimilação.

— Finalmente, não podemos esquecer, entre os aspectos políticos, que o conceito de soberania nacional dominante até hoje admite que um Estado zele pelo interesse de seus súditos, mesmo fora de sua área territorial de determinação. Assim as repartições consulares, no exterior, procuram manter contato com seus nacionais e mesmo assisti-los, repatriando-os até, quando se consideram desajustados às novas condições encontradas.

Países potencialmente agressores aproveitam-se dessa situação no sentido de constituir, explorar ou desenvolver verdadeiras minorias em território alheio, criando sérios perigos e mesmo embaraços de ordem política. São essas mais outras tantas dificuldades a enfrentar e a vencer pelos Países de imigração, que, se de um lado não devem desconhecê-las como situação real, de outro lado precisam vencê-las, à custa de adequado planejamento da imigração e de conveniente execução de um sistema ou serviço de orientação e de assistência ao imigrante.

3. MIGRAÇÕES INTERNAS

CRESCIMENTO GLOBAL DA MIGRAÇÃO INTERNA NO BRASIL

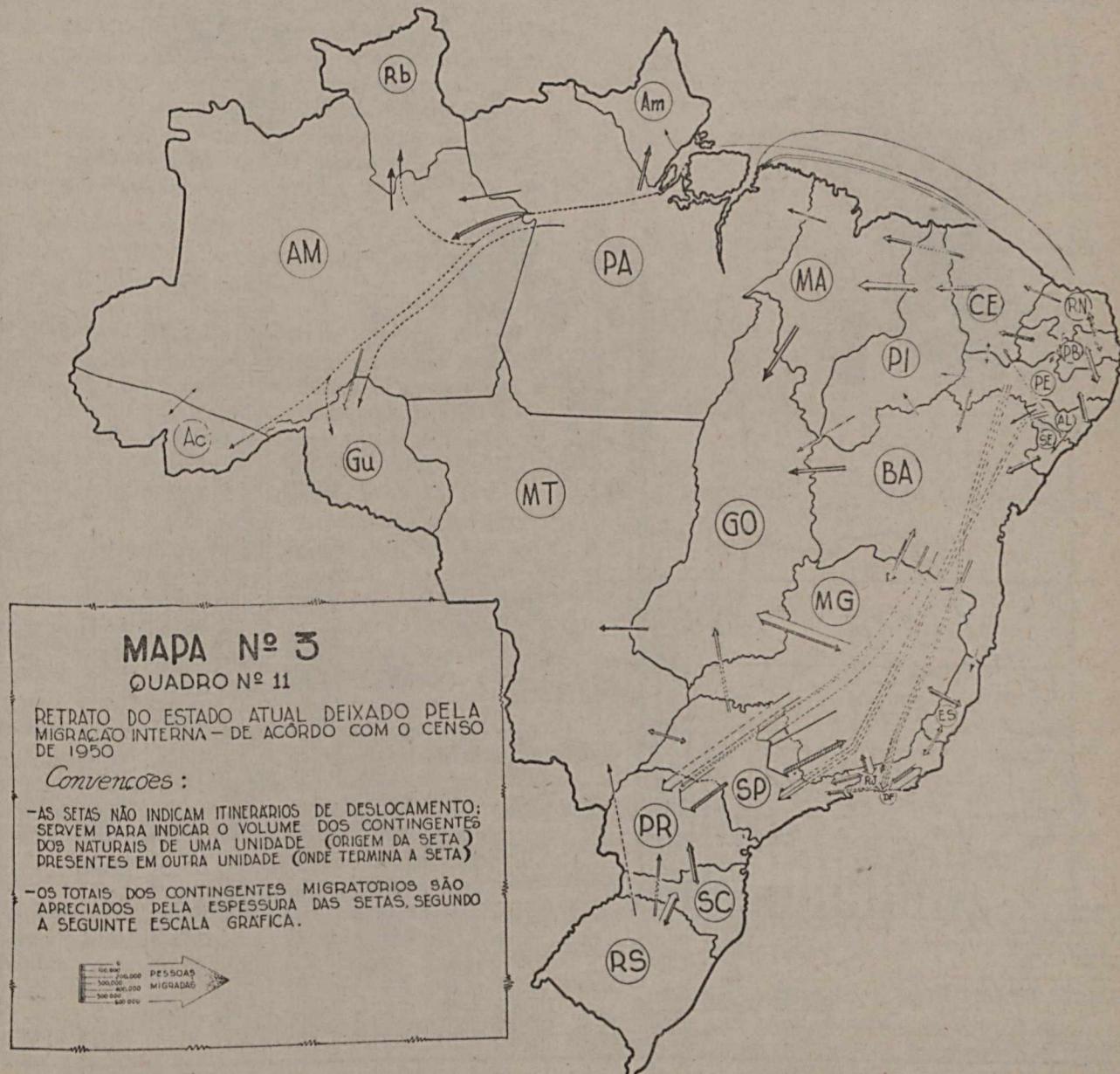
Sem nos referirmos às migrações intermunicipais que, por certo, assumem também elevados índices devidos à vastidão dos Estados e à ocorrência de causas análogas determinantes das mi-

grações interestaduais, à luz de cálculos baseados nos resultados censitários de 1940 e 1950, e de dados estatísticos da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo e de seu serviço de Imigração e Colonização, podemos afirmar que estamos assistindo ao desenvolvimento crescente das migrações internas, como evidenciaremos adiante. O quadro a seguir concretiza o incremento global do movimento migratório interno no decênio de 1940 a 1950.

	CENSO DE 1940	CENSO DE 1950
Naturais de outras Unidades da federação, presentes.....	3.395.849	5.206.319
Percentagem dos deslocamentos (sobre o total de brasileiros natos).....	8,54%	10,26%

RETRATO DEIXADO PELA MIGRAÇÃO ATÉ 1950

O mapa n.º 3 (quadro 11), retrata o estado atual deixado pela migração interna, de acordo



com os dados do Censo de 1950, no tocante aos brasileiros presentes em cada uma das Unidades da Federação, mas em outras nascidos. As setas não estão indicando itinerários ou pontos de partida e de chegada dos migrantes, mas tão-somente e em escala proporcional à largura das mesmas, quantos dos nascidos em um Estado ou Território estavam, na ocasião do Censo de 1950, residindo em outro Estado ou Território, inclusive no Distrito Federal. O mapa deixa de assinalar os dados insignificantes e registra as setas representativas dos contingentes migratórios mais importantes, destacando o intercâmbio populacional entre as diversas Unidades da Federação. Quando esse intercâmbio tem valores equivalentes, uma única barra de largura proporcional ao total que migrou sustenta duas setas de sentidos opostos em suas extremidades. Os trechos das setas com linhas interrompidas indicam a passagem pelo território correspondente, ou mesmo por fora dele.

Se observarmos o mapa n.º 3 verificamos: a grande mobilidade existente entre as populações do Nordeste; como o cearense ainda deixa traços marcantes no povoamento da Amazônia; como o Estado do Paraná recebeu apreciável contingente de paulistas, mineiros, baianos, catarinenses e gaúchos; e como é grande o número de paulistas que migrou de seu Estado natal ao mesmo tempo que São Paulo recebeu consideráveis contingentes migratórios de outros Estados, especialmente de Minas Gerais e da Bahia.

ORIGEM, VOLUME E INTENSIDADE DA MIGRAÇÃO PARA SÃO PAULO

Uma minuciosa apreciação da migração interna para São Paulo, pode ser feita no mapa n.º 4 (quadro 12) onde estão registradas as regiões de origem dos que migraram para aquêle Estado e também qual a intensidade revelada em cada ano de 1941 a 1950 para os correspondentes deslocamentos migratórios, através de vários gráficos.

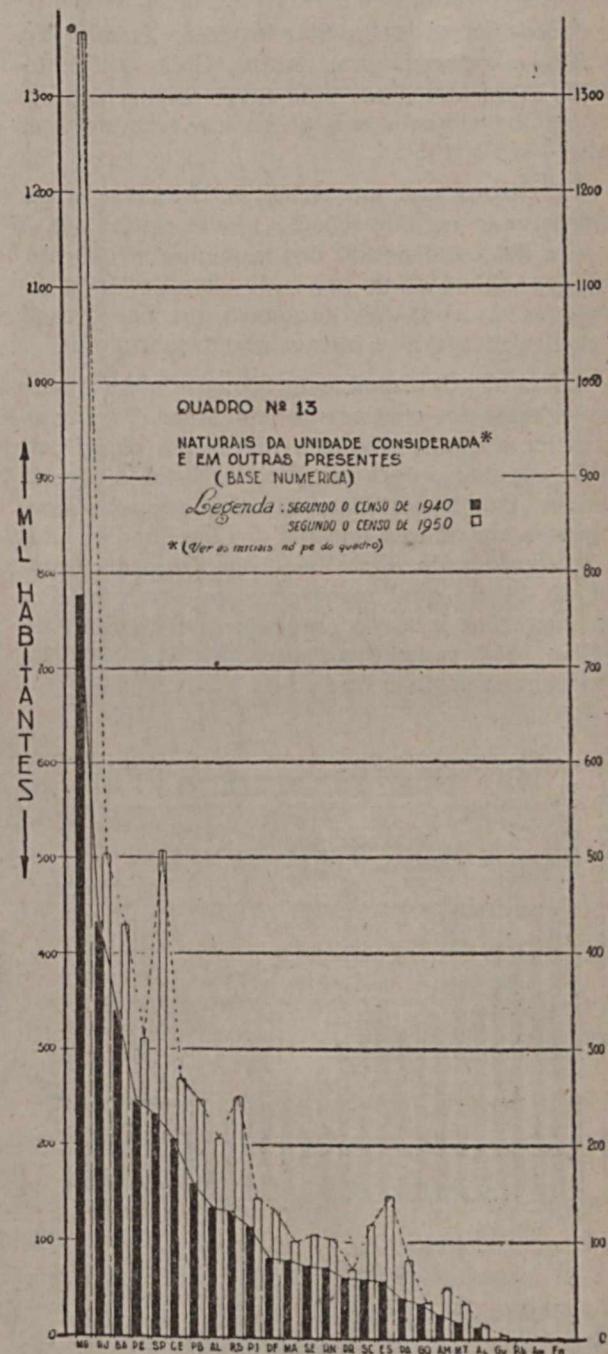
Observando o mapa n.º 4, podemos concluir que a grande migração do Nordeste para São Paulo não tem sido da zona das sêcas. Justamente tem sido da região fértil e promissora dos Cariris Novos do Ceará e da Zona da Mata de Alagoas, Pernambuco e Sergipe. É possível que concorra para isto o fato de, dentro daqueles Estados, observar-se uma maior concentração demográfica naquelas regiões favoráveis a maior desenvolvimento agrícola. Havendo uma maior densidade demográfica em tais regiões, ao lado de um sistema agrário incompatível com o estabelecimento e o desenvolvimento da agricultura, na base da pequena e mesmo da média propriedade, encontramos uma força incitadora de migração, sem a coexistência do importante fator capaz de anular ou de minorar os efeitos de tal força, como seria o regime de posse da terra por quem a lavra.

EVOLUÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS

Uma melhor compreensão da evolução dos movimentos migratórios, no interior do Brasil nos

últimos dez anos que mediaram entre os Censos de 1940 e 1950, pode ser obtida através da análise dos quadros números 13, 14, 16, 18, 19 e 20, especialmente organizados à luz dos resultados censitários para permitir a comparação do panorama migratório interno revelado nos dois Censos.

O quadro n.º 13 registra, do ponto de vista numérico, quais os naturais de cada uma das Unidades da Federação, isto é, dos Estados ou Territórios, inclusive do Distrito Federal, que foram encontrados residindo em outras Unidades da Federação por ocasião dos dois Censos.



Colocados os Estados e territórios na ordem decrescente dos contingentes que deles migraram, segundo o Censo de 1940, e registradas ao lado de cada uma dessas colunas as representativas dos contingentes migrados segundo o Censo de

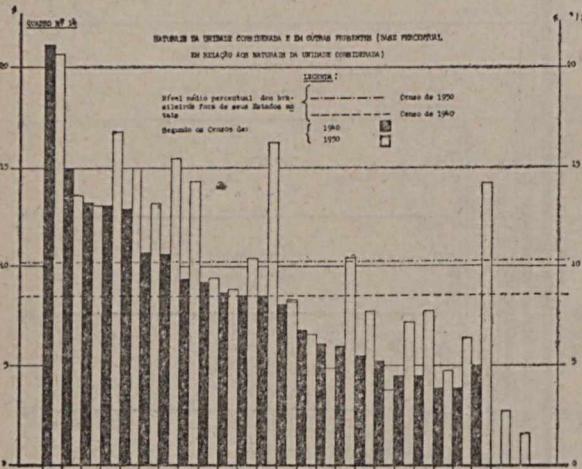
1950, nos é fácil verificar que, no período considerado, houve modificações nas causas e em outras condicionais dos movimentos migratórios, porque, do contrário, a linha correspondente a 1950 guardaria paralelismo com a representativa de 1940, o que não se observa no quadro n.º 13.

Minas Gerais acusa naturais residindo fora do Estado em 1950, quase o dobro do que revelava o Censo de 1940; São Paulo acusa ainda em relação a 1940 mais do dobro do contingente de naturais migrados no decênio em causa; Rio Grande do Sul e Santa Catarina quase o dobro; Espírito Santo mais do dobro; Pará quase o dobro, e Amazonas e Mato Grosso pouco mais do dobro.

Em contraposição, Estados como Piauí e Maranhão, e especialmente Paraná, Goiás e Território do Acre assinalam uma muito menor tendência de crescimento migratório de seus naturais entre 1940 e 1950.

E' lógico que em tôdas as Unidades supra consideradas ou em relação a elas, alterou-se o quadro das condicionais dos movimentos migratórios, especialmente do ponto de vista de fôrças incitadoras da migração, enquanto que nas demais o quadro manteve-se sensivelmente inalterado.

Mas não devemos levar sómente em conta as quantidades dos contingentes migrados. Para compreender o que a migração representa como perda de população para um Estado Natal, é preciso apreciar percentualmente o valor daqueles contingentes, em relação ao total dos nascidos na Unidade considerada. Para isto organizamos o quadro n.º 14, no qual registramos os níveis médios das migrações internas reveladas pelos censos de 1940 e 1950, respectivamente 8,54 % e 10,26 %, como vimos páginas atrás.



E' interessante compreender o porque desse crescimento do movimento migratório, para melhor ajuizar da atual situação das migrações internas, prever o seu fatal incremento e concluir pela atenção especial que o Governo precisa dispensar a esse problema, quase sem importância no passado. Em 1900, por exemplo, só havia no Estado de São Paulo 3.000 nacionais de outros Estados e nos primeiros 20 anos desse século o contingente de brasileiros migrados para aquêle Estado

manteve-se com uma cifra insignificante. A situação só começa a modificar-se de um lado, pela melhoria das condições de transporte, indispensáveis ao aligeiramento da grande limitação que as dificuldades de deslocamento sempre representaram aos movimentos migratórios, e de outro lado, pelo melhor conhecimento das oportunidades de trabalho, de obtenção de conforto e de êxito, que a divulgação da imprensa e, principalmente, a radiodifusão têm proporcionado aos habitantes dos diferentes pontos do País. Assim, são os melhores e mais acessíveis meios de transporte e as mais completas e atualizadas informações sobre oportunidades de sucesso em outras Regiões, os dois principais fatores responsáveis pelo incremento das migrações internas nos últimos tempos.

O papel que as facilidades de transportes representa no aumento da intensidade do movimento migratório interno se evidencia quando levamos em conta de um lado o gráfico n.º 15 (4), em que se observa como a curva do "movimento migratório para o Estado de São Paulo" ascende absurdamente a partir de 1949 e, de outro lado, recordamos que só naquele ano se conectaram o Norte e o Sul do País, através das ligações rodovias e ferroviárias. A ligação rodoviária obtida através da estrada Rio-Bahia inaugurada em meados de 1949 e a ferroviária efetivada em setembro de 1949. Aliás quem observar os diferentes gráficos constantes do mapa n.º 4 pode verificar também como as diversas curvas ascendem justamente a partir de 1949.



GRÁFICO N.º 15

O conhecimento daqueles níveis médios registrados no quadro 14 e representativos da intensidade do movimento migratório, permite-nos verificar quais as Unidades da Federação que acusam uma mobilidade migratória abaixo ou acima dêles.

(4) Extraído do trabalho "Migrações Internas", publicado na "Conjuntura Econômica", número de abril de 1952.

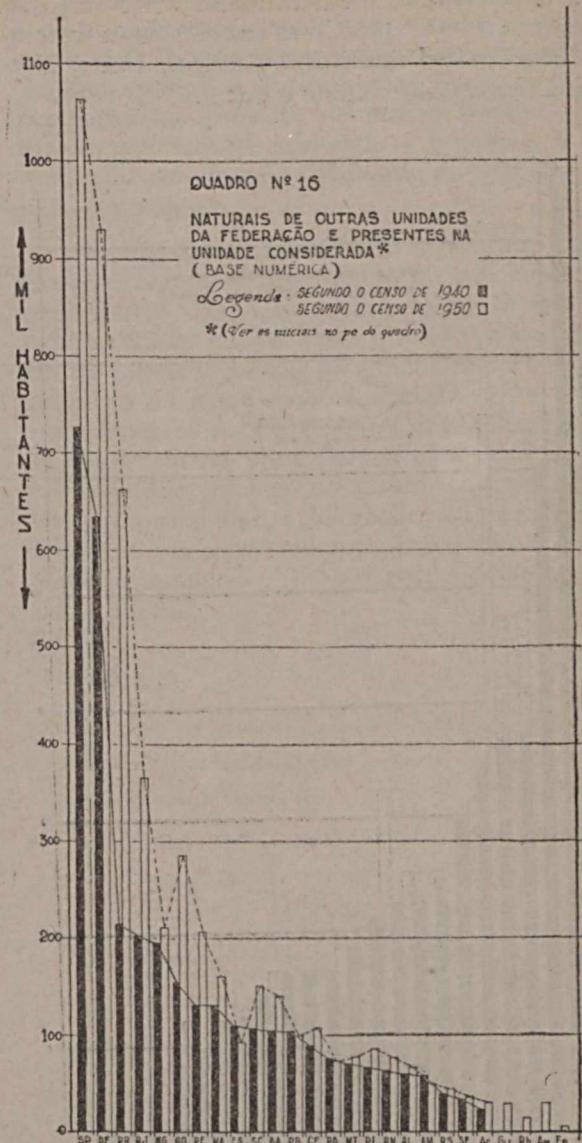
Evidentemente, que uma mobilidade abaixo do nível não tem grande importância. Mas quando ela ultrapassa extraordinariamente o nível, é preciso pesquisar as causas dessa maior mobilidade e encontrar as devidas soluções para a diminuição de seus efeitos.

Agora, vejamos o inverso, os Estados que mais se beneficiaram de contingentes da migração interna (quadro n.º 16). Numéricamente, São Paulo continua na vanguarda ainda pelo Censo de 1950, mas nada é mais significativo do que o grande pico migratório a favor do Paraná, que nos revela a comparação dos dados relativos aos dois Censos (quadro n.º 16). E se observarmos o mapa n.º 5 (quadro n.º 17) verificamos que a grande migração para o Estado do Paraná teve como destino o Leste e especialmente o Norte do Estado. Ao assinalarmos este importante aspecto no quadro atual das migrações internas no Brasil apresentamos o melhor exemplo do quanto as terras novas e promissoras representam como força de atração para as migrações inter-rurais. Goiás é o outro Estado em que se pode observar o valor da força de atração de terras novas, exercida pelas manchas de boas terras lá existentes.

Ressalta do quadro n.º 16, pela comparação dos dados dos dois censos, como se devem ter enfraquecido as forças de atração de 1940 e 1950, nos Estados de Minas, Espírito Santo, Paraíba, Pará e Amazonas.

A influência percentual da migração interna, em favor das diferentes unidades da Federação e em relação à população presente em cada uma delas, está registrada no quadro n.º 18, o qual comparado ao de n.º 16 permite interessantes conclusões, cuja evidência dispensa comentários.

Vejamos agora nos quadros ns. 19 e 20 como se comportam registros análogos, em base numé-



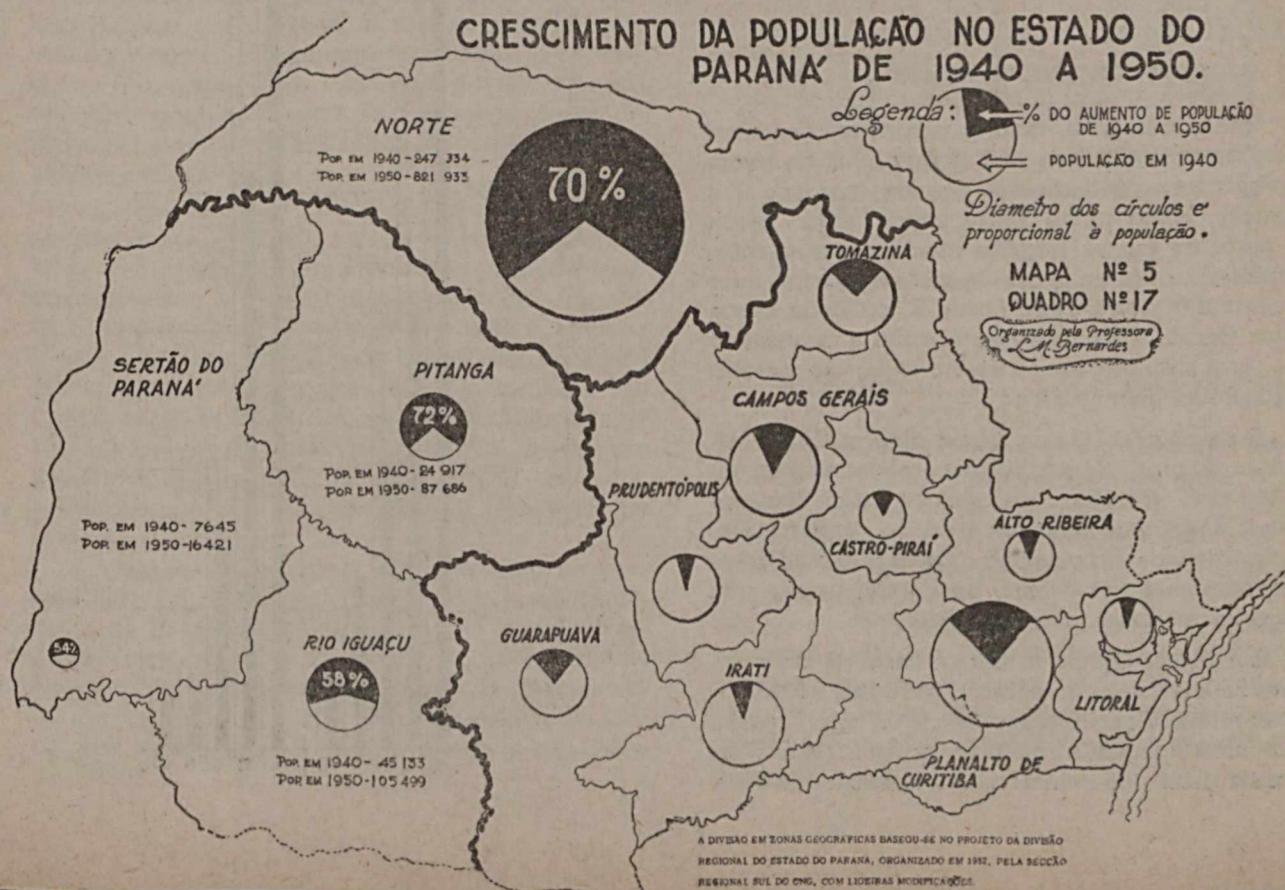
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ DE 1940 A 1950.

Legenda: % DO AUMENTO DE POPULAÇÃO DE 1940 A 1950
POPULAÇÃO EM 1940

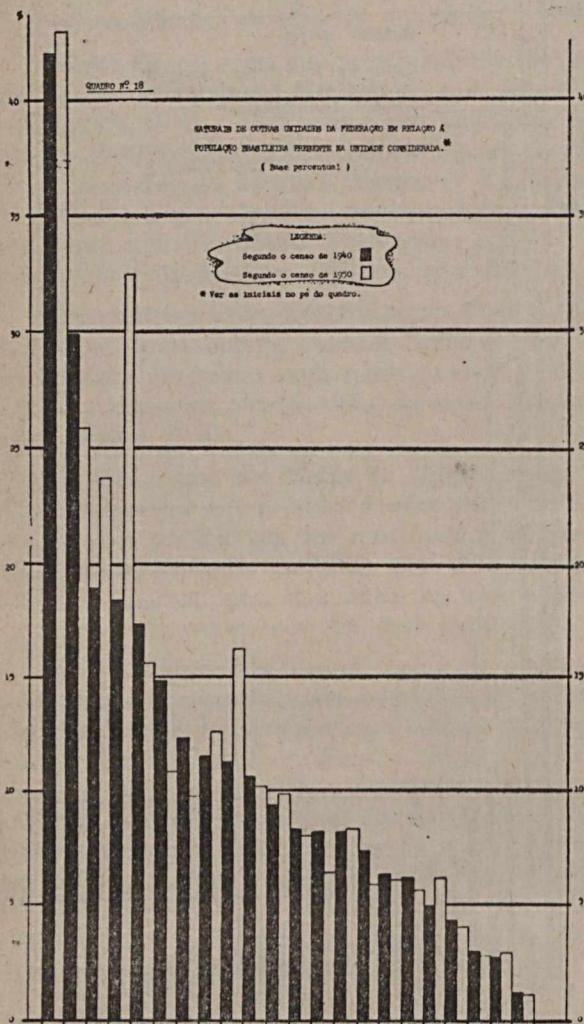
Diâmetro dos círculos é proporcional à população.

MAPA N.º 5
QUADRO N.º 17

Organizado pelo Professor C. M. Bernardes



rica e percentual, fundamentados ainda nos dois censos de 1940 e 1950, mas em relação às diferentes Regiões Fisiográficas brasileiras, Norte, Nordeste, Leste, Centro-Oeste e Sul.



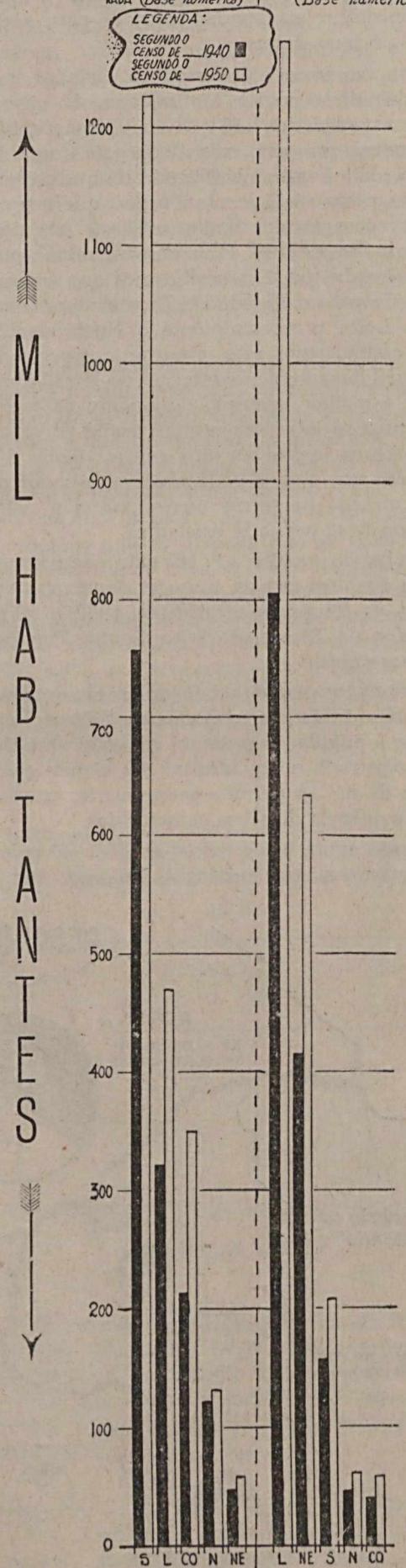
ALGUMAS CONCLUSÕES DE ORDEM GERAL

Tanto numérica, quanto percentualmente, as zonas Leste e Nordeste são as que mais fornecem contingentes migratórios às demais, mas não é a Nordeste, como muita gente pensa, a que perde em favor de outras Regiões maiores contingentes de naturais, quer do ponto de vista numérico, quer percentual, e sim a zona Leste. E, na Zona Leste, Minas Gerais e Espírito Santo estão atravessando uma séria situação, ao perderem cada vez maiores contingentes demográficos.

A situação da Bahia é bem diversa da de Minas e do Espírito Santo, porque embora tenha corrido com grandes contingentes, estão êles nos últimos anos mais adstritos à região da Serra General, da Chapada Diamantina e do Médio São Francisco, enquanto que o resto do Estado baiano não apresenta incremento emigratório.

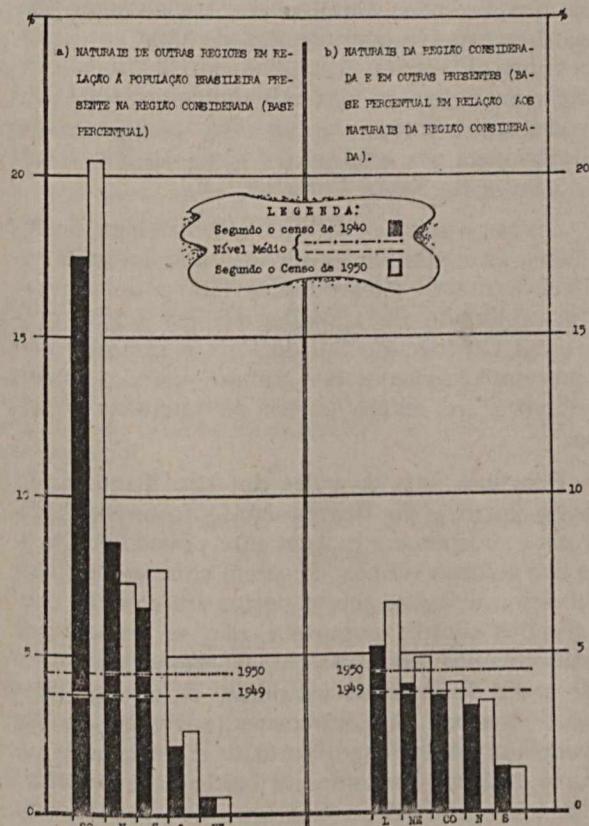
Em Minas Gerais, com a carência de boas terras agrícolas, a solução parece-nos residir no desenvolvimento industrial, enquanto que no Espírito Santo uma adequada política agrária realizando extensos planos de colonização, resolverá o problema.

— QUADRO N° 19 —	
(a) NATURAIS DE OUTRAS REGIÕES E PRESENTES NA REGIÃO CONSIDERADA <i>(Base numérica)</i>	(b) NATURAIS DA REGIÃO CONSIDERADA E EM OUTRAS PRESENTES <i>(Base numérica)</i>



ma de fixação do homem. No Nordeste, onde há terras pobres e também glebas agricultáveis, o problema de fixação do homem precisa repousar no desenvolvimento industrial de um lado e no adequado parcelamento das propriedades agrícolas de outro.

QUADRO N.º 20



No presente, não devemos absolutamente estar alarmados com a perda de população de algumas Regiões em proveito de outras. Se observarmos o gráfico n.º 21, no qual registramos a percentagem da população de cada uma das Regiões em relação à população total do País, segundo os diferentes censos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940 e 1950, verificamos:

A zona Leste que ainda abriga a maior parte da população brasileira, de 50% em 1872 e em 1890, vem progressivamente acusando menor percentagem, isto é, vem perdendo gente em proveito da zona sul, a qual no entanto ainda não alcançou o nível daquela percentagem e também vem perdendo contingentes migratórios em proveito do Centro-oeste, os quais embora significativos em relação à população local desta última Região são insignificantes em relação à população brasileira, acusando, por isso, no gráfico n.º 21 uma linha levemente ascendente.

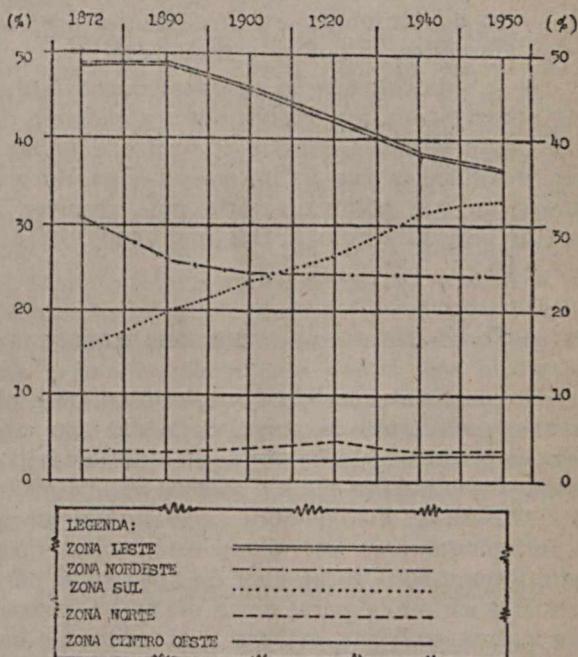
A Região Norte teve um acréscimo na parcela percentual que sua população representa sobre a do Brasil até 1920, à custa da Região Nordeste, como sabemos. Observamos depois daquele ano um decréscimo da percentagem correspondente àquela Região à luz do Censo de 1940, acusando um valor sensivelmente inalterado no Censo de 1950.

Qual a situação da Região Nordeste, no quadro que acabamos de pintar? Vem-se mantendo numa posição de concorrente à melhor distribuição demográfica ao lado da zona Leste, perdendo população em proveito de outras Regiões, num ritmo relativamente acelerado a princípio, e praticamente num fraco e inalterado na primeira metade deste século.

As migrações internas têm significado para o Brasil uma melhor distribuição de sua população, uma melhor ocupação do solo pátrio e este é o lado premissor do fenômeno que não podemos deixar de reconhecer como de grande importância no ambiente nacional, embora à custa desta ou daquela Unidade da Federação. Como dissemos, não há ainda motivos para alarme, mas já os há para preocupações em face do futuro, pois se a curva relativa à zona Leste (no gráfico 21) continuar a decrescer nos anos vindouros, agravar-se-á o desequilíbrio econômico já observado entre a zona Leste e a Sul.

GRÁFICO N.º 21

Participação percentual da população de cada Região Fisiográfica em relação à população total do Brasil - segundo os diferentes dados censitários.



MIGRAÇÕES DE ZONA RURAL PARA URBANA

Parece-nos interessante dar destaque também a este tipo das migrações internas, para mostrar que, à luz dos dados censitários, esse movimento ainda não tem no Brasil nenhuma significação alarmante, ao contrário do que muito se pensa e diz. Com efeito, em 1940 havia 68,76% da população da zona rural, contra 31,24% dos concentrados em cidades e vilas do País. O Censo de 1950 acusa, é verdade, um decréscimo da ordem de 5% na zona rural a favor da zona urbana, pois que foram registrados 63,84% naquela zona e 36,16% nesta última.

Para melhor avaliação do significado daque-
las percentagens, parece-nos interessante lembrar
que em 1940 a população rural dos Estados Uni-
dos da América do Norte representava 43,5 % de
sua população. Os crescimentos da cidade do Rio
de Janeiro e da capital do Estado de São Paulo
são os mais representativos da migração para
zona urbana no Brasil, como repercussão direta do
surto industrial nestes dois grandes centros.

4. COLONIZAÇÃO

DEFINIÇÃO

Colonizar, no sentido genérico, significa le-
var a civilização ao solo bravio ou inadequadamente
explorado, despovoado ou de fraco índice
demográfico. Mas restritamente, e no sentido de
atividade agrícola que nos interessa tratar, coloni-
zação pressupõe a entrada na posse de um trato
de terra, visando explorá-lo, e, talvez, este carac-
terístico seja o melhor para distinguir colonização
de simples povoamento. Colonização, nesta acep-
ção, passa a ser um dos sistemas de exploração
agropecuária, como veremos a seguir.

A exploração agropecuária no Brasil está en-
tregue a dois sistemas antagônicos:

— o do latifúndio, ou das grandes proprie-
dades (fazendas, engenhos e estâncias);

— e o da colonização ou das pequenas e mé-
dias propriedades, que alguns autores chamam de
colonização européia, porque corresponde às mes-
mas providências que foram tomadas na Europa
quando de sua política agrária para resolver a
crise do fim do século XVIII e princípio do sé-
culo XIX.

FIXAÇÃO DO HOMEM ÀS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

Naquele sistema, isto é, no latifundiário, fal-
tando o sentimento de propriedade da terra por
parte de quem a trabalha condição indispensável à
fixação do homem ao campo, observa-se uma maior
instabilidade na mão-de-obra agrícola, concorren-
do fortemente para as migrações internas, quer
numa mesma zona rural, quer de zona rural para
urbana, quer ainda para zonas novas ou mesmo
para outras análogas, sempre com evidentes sa-
crifícios para a produção.

Ao contrário, no sistema da colonização, isto
é, das pequenas ou médias propriedades, a popu-
lação rural se radica muito mais e só migra pela
necessidade que o crescimento da família dita, de
abrir novas propriedades, como se pode observar
na migração de colonos do Rio Grande do Sul. Só
migraram e migram pela necessidade de abrir novas
propriedades e, por isso, comparados tais des-
locamentos aos de naturais de outras Unidades da
Federação, como Minas Gerais, São Paulo, Rio de
Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco etc.,
representam fracos contingentes, como prova o
quadro n.º 14, em que, exceção de Goiás, a per-
centagem dos naturais do Rio Grande do Sul que
migraram, é a mais baixa dentre todos os Estados.

Não precisamos buscar exemplos estrangeiros
para nos convencermos do quanto a colonização,
como extenso sistema de pequenas e médias pro-
priedades, representa para a fixação do homem
ao campo, em contraposição ao outro sistema de
exploração agropecuária, com assalariados ou com
meeiros.

Basta lembrarmo-nos que quase nada mais
resta nas fazendas fluminenses, mineiras e pau-
listas dos grandes contingentes de imigrantes ita-
lianos que ali vieram trabalhar, em flagrante con-
traste com a fixação nas atividades agrícolas ob-
servadas entre imigrantes de mesma origem, que
se destinaram aos núcleos coloniais do Rio Gran-
de do Sul e de Santa Catarina.

Graças a uma sã diretriz colonizadora, de fa-
cilitades na aquisição de glebas, os imigrantes es-
trangeiros e seus descendentes têm podido gozar
da possibilidade de trabalharem em terras pró-
prias, nas Colônias do Sul do País, e, por isso, não
se sentem atraídos pelas grandes cidades, como
se observa em outras partes do território brasi-
leiro.

Por tudo isto, os vales do Alto Taquari, do
Caí, do Jacuí e do Itajaí, vêm-se tornando cada
vez mais prósperos e densamente povoados. Os fi-
lhos dos colonos sulinos, ao serem convocados para
o serviço militar, ao serem postos em contato com
os grandes centros populosos, não se sentem por
estes seduzidos; ao contrário, esperam com ansie-
dade o dia de retornar à colônia. E' a proprieda-
de que os atraí. Fato inteiramente diverso do ob-
servado no Centro e no Norte do Brasil, onde ao
Serviço Militar tem sido atribuída a responsabi-
lidade pelo êxodo do campo, quando a verdadeira
cáusa é muito outra. Não sendo dono de coisa al-
guma, o trabalhador agrícola, nacional ou estran-
geiro, é e será atraído pelo melhor salário e pelo
maior conforto e, como ambos são mais comuns
nas cidades, a elas demandam. E se não bastas-
sem estas afirmações naturais, ainda precisaríamos
salientar, em relação ao alienígena, que o imi-
grante europeu do século atual, que se dedica às
atividades agrícolas, devido ao seu atual estágio
de civilização, dificilmente se conformará com um
trabalho de braço assalariado ou sob o regime de
meação. E quando isto aconteça, será como já o
foi no passado, pelo estrito espaço de tempo ne-
cessário a melhorar de vida, ocasionando o aban-
dono de terras cultivadas, o que só pode ser pre-
judicial à manutenção do ritmo da produção, de
que tanto depende o desenvolvimento econômico.

Apesar de importante levar ao campo o con-
fôrte da cidade, muitas de suas atrações recreati-
vas e a sensação de segurança por uma assistência
moral e material efetiva, desde o amparo espiri-
tual religioso até a série de todos os benefícios e
vantagens das diversas organizações sociais en-
carregadas da educação e da previdência, convém
considerar tudo isto, mais como uma conseqüên-
cia natural do desenvolvimento de núcleos colo-
niais prósperos, do que fator essencial de retenção
do homem ao interior. De certa forma, uma tal
iniciativa concorre para a fixação desejada e mes-
mo fortalece a vontade de permanência junto às

atividades agropecuárias; mas o verdadeiro responsável por aquela fixação ainda é, e será sempre, o sentimento de propriedade da terra por parte de quem a trabalha, da qual o homem retira o sustento próprio e de sua prole e todos os bens que podem encher de felicidade a sua vida.

Para ressaltar ainda mais a importância excepcional desta orientação, na fixação do homem às atividades agrícolas, podemos lembrar quão proposita tem sido a obra de colonização que atualmente se desenvolve nas terras de Israel, sob o nome de "halutzismo". Apesar de o judeu ser sabidamente avesso ao campo e aos trabalhos agrícolas, os colonos de Israel não abandonaram os campos para onde foram levados, porque, lá, no dizer de IZAAC IZECKSONHN:

"Ninguém trabalha na terra de outrem, ninguém é explorado em seu trabalho. O agricultor israelita é o proprietário do pedaço de terra que umedece com seu suor. Dono individualmente, cooperativamente ou socialisticamente, conforme as condições do terreno exigam a lavoura manual ou permitam o uso dos modernos maquinismos em áreas extensas, mas dono inconteste, não só da gleba, como de seu produto, ou melhor dito, do valor integral de seu produto."

APRECIACÃO GERAL SÔBRE A COLONIZAÇÃO NO BRASIL

Providências básicas

Quem estuda a colonização desenvolvida nos Estados Sulinos (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) principalmente, e mesmo o que, em menor escala, tem sido realizado no Espírito Santo, na Bahia, em São Paulo e no Rio de Janeiro, verifica que a política adotada tem consistido sempre nas seguintes providências de ordem geral:

- Medição e divisão das terras devolutas e baldias.
- Estabelecimento de uma rede de comunicações suficiente ao incentivo da produção, facilitando as trocas comerciais.
- Cessão ou venda de lotes em condições acessíveis àqueles que vão humanizar a terra e transformar sua energia potencial em força viva de produção.

Esta venda de terras tem sido realizada por vezes, diretamente pelo Estado, mas, não raro, através da mão de terceiros — indivíduos ou companhias que medem as terras e as repartem em lotes — que constroem estradas e que, quando da revenda daquelas terras, procuram cobrir-se do custo dos serviços retrocitados e auferir lucros compensadores.

Iniciativas

A iniciativa privada tem sido a pioneira da colonização no Brasil, e na história dessa ação pioneira, não encontramos em destaque nem capital, nem administradores genuinamente brasileiros e sim a ação de sociedades nas quais a influência estrangeira tem sido por demais acentuada. Capital e administradores alienígenas têm sido empregados a serviço quase exclusivo de colonos da mesma nacionalidade, raça ou origem. Não podemos culpar os por tal prática; ela é natural e lógica. Não podemos acusar, tampouco, nesta breve apreciação

histórica, os dirigentes brasileiros do passado, vencidos pela escassez de recursos a terem que enfrentar problemas ciclópicos, ou convencidos de que a imensidão do território brasileiro seria capaz de absorver os colonos alienígenas, transformando-lhes os costumes e os sentimentos, principalmente devido à distância que nos separa das nações que para aqui enviam ou permitiam a vinda de seus filhos. Mas o século XX se nos afigura diferente, porque a rapidez dos meios de comunicações e de transporte deixou de ser um sonho "julioverniano" encurtando as distâncias geográficas de uma maneira assombrosa. Mais do que nunca, no século que vivemos, os quistos raciais ameaçam as nações e põem em perigo a sua soberania, merecendo os aspectos de assimilação cuidado todo especial por parte dos países de imigração.

Aspectos quanto à assimilação de imigrantes

Vimos, no estudo da imigração, alguns exemplos que ressaltam maiores dificuldades de assimilação entre os colonos do que entre os que se destinam às atividades urbanas, o que evidencia a necessidade de maior cuidado do governo na imigração para fins agrícolas que para outras atividades.

A propósito convém ressaltar que felizmente não existe hoje, no Brasil, nenhum quisto racial, mas não podemos esquecer o fato de que o perigo de sua formação é sempre latente, máxime num país como o nosso, de grandes extensões territoriais, de precárias comunicações e de fraca densidade demográfica em muitas de suas regiões. A ação governamental precisa então aparelhar-se de tal forma a evitar dificuldades nos processos de assimilação, jamais como se fossem questões de competência policial, mas sempre como problemas a serem solucionados dentro dos princípios de ordem psicológica, aplicados inteligentemente, para que se enfraqueçam as etnias alienígenas e se fortaleçam as características nacionais, possibilitando, num contato bem planejado, os processos de aculturação.

PLANEJAMENTO GLOBAL DA COLONIZAÇÃO

Até hoje, não houve um planejamento global, de âmbito nacional, que procurasse desenvolver a colonização numa amplitude e profundidade tais, que de um lado fosse capaz de atrair consideráveis correntes imigratórias alienígenas e de outro lado aproveitar os contingentes nacionais migrantes para, como convém, acelerar o desenvolvimento econômico de certas regiões, a recuperação de outras e sempre num quadro capaz de evitar a formação de quistos raciais ou ideológicos.

As dificuldades do Planejamento

Há uma série de explicações para a inexistência de um planejamento global. Sem a preocupação de analisá-las minuciosamente e sem tratarmos do planejamento técnico particular de cada núcleo

colonial, vejamos as dificuldades que um tal planejamento enfrenta e, em linhas muito gerais, como deve ser orientado.

As principais dificuldades decorrem do fato de não ser possível aproveitar, no planejamento, as diversas empresas particulares de colonização e ficar por isso muito elevada a necessidade de disponibilidades financeiras.

Raríssimas são as grandes empresas, capazes de realmente colonizar. São muito freqüentes pequenas sociedades que têm o título de "colonizadoras", mas que se limitam a um comércio de terras, sem atentarem para os inúmeros aspectos e princípios que a colonização exige.

Mas mesmo as grandes empresas particulares de colonização, dotadas de capacidade técnica e dispondo de suficientes recursos para os fins a que se destinam, não podem satisfazer a vastos planos de colonização e principalmente aos aspectos de altos interesses nacionais que devem nortear os e condicioná-los. Não podem satisfazer porque os objetivos de tais empresas são pura e exclusivamente comerciais e quando não o são, visam o atendimento dos grupos nacionais, raciais ou religiosos que as fundaram. Quando o objetivo é puramente comercial, não se conseguem reservas de lotes por espaço de tempo relativamente longo, que qualquer planejamento de colonização entrosado com as migrações exige. Quando visam atender certos grupos nacionais alienígenas, lógicamente não agem de forma a satisfazer ao mesmo tempo a todos os interesses brasileiros, limitando-se naturalmente às imposições que foram feitas e quando fiscalizadas.

A necessidade de uma Fundação

O interesse nacional brasileiro, de promover o desenvolvimento econômico de determinadas áreas, de providenciar melhor distribuição demográfica ao lado de conveniente ocupação do território pátrio, de realizar a fixação do homem em determinadas regiões, de possibilitar processos naturais de aculturação com progressiva assimilação das correntes migratórias alienígenas e mesmo de resguardar grandes extensões territoriais de um uso inoportuno ou malbaratado, — só pode ser atendido através de uma instituição em que prepondera o objetivo social de suas atividades, ditadas pela finalidade de servir ao Brasil e que opere comercialmente, visando criar a responsabilidade dos colonos para com a empresa e adquirir sempre maiores recursos, revertendo os lucros auferidos em proveito de novos e futuros empreendimentos de colonização.

Só uma instituição tipo Fundação, que poderia ser chamada Fundação Nacional de Colonização satisfaz às condições supra, na dependência evidente de sua boa constituição, do valor de seus dirigentes e servidores e dos recursos naturais com que venha a contar. Bem constituída, uma Fundação poderá planejar e realizar a Colonização, sem perder a visão de conjunto que interessa o País.

Uma entidade estatal, no quadro da estrutura administrativa do País, como seja a Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura ou suas congêneres nos Estados, com Colônias ou Núcleos coloniais administrados diretamente pelo Estado, não será capaz de proporcionar a solução do problema de colonização, especialmente quando ele se destinar a atender, além dos brasileiros, a uma imigração alienígena vultosa. Sem entrar em maiores comentários, os entraves burocráticos e financeiros de um lado, e créditos reduzidos sem a perspectiva sequer de poder ampliar suas atividades com recursos que advenham de sua própria obra de outro lado, são terríveis desvantagens com que lutam as Colônias de administração estatal.

Outro ensinamento que não podemos esquecer é que as sociedades colonizadoras com objetivo exclusivamente caritativo ou social, só vencem quando trabalham comercialmente, como acontece com a sociedade judaica de Colonização, uma das mais fortes do mundo. Está hoje provado que doar terra é má política colonizadora. A terra tem que ser vendida, ainda que barata, para o homem dar valor a terra que passa a possuir e cuidar de sua adequada exploração.

Ainda há uma forte razão a favor da Fundação que merece destaque todo especial, é a questão de vultosos recursos financeiros, materiais e humanos diversos com que precisa contar, para desenvolver uma colonização em larga escala, especialmente quando esta envolve o aproveitamento de correntes migratórias. A primeira grande dificuldade de uma colonização dirigida está em seu elevado custo financeiro, só recuperável num largo espaço de tempo. Sem contar o valor das terras e o custo das viagens para instalação dos colonos, há necessidade de um capital que corresponda, em média, de Cr\$ 50.000,00 a Cr\$... 100.000,00 por família. (5)

Aquêle capital pode ser dividido em duas parcelas:

— a primeira delas correspondente à cifra destinada a cobrir as despesas com os levantamentos topográficos das terras, abertura de estradas, construções de enfermarias, e depósitos ou arma-

(5) Casos concretos e bem atuais ainda revelam cifras mais elevadas. A Companhia Brasileira de Colonização e de Imigração Italiana, por exemplo, tem necessitado e gasto em sua Colônia de Pedrinhas no Estado de São Paulo (Município de Assis) Cr\$ 300.000,00 por família. Essa cifra corresponde naquela Colônia ao total das seguintes parcelas:

— *Imóvel* — terra; destoca, aração e gradeação; casa, estabulo, poço e anexos (fossa); estradas de acesso e arruamentos; culturas permanentes e pomar.

— *Móvel* — Gado (três cabeças de gado leiteiro); um burro e uma égua; duas porcas; 20 a 25 galinhas; uma carroça; arreios e apetrechos para lavoura; móveis para residência.

— *Financiamento* — para a produção (sementes e rações; adubos; formicida e inseticidas).

— *Antecipações* — para a manutenção da família à razão de Cr\$ 600,00 para o Chefe e Cr\$ 300,00 por pessoa da família, durante cada mês do primeiro ano e nos seguintes seis meses à razão de, respectivamente, Cr\$... 400,00 e Cr\$ 200,00.

zéns, alojamentos provisórios etc. (variável de Cr\$ 30.000,00 a Cr\$ 50.000,00 por lote colonial rural);

— a segunda referente a cada família a instalar, para atender ao financiamento da construção de sua casa e de sua subsistência no primeiro ano (variável de Cr\$ 20.000,00 a Cr\$ 50.000,00).

Um planejamento integral de colonização, em que o encaminhamento dos colonos estrangeiros e nacionais é dirigido de acordo com os elevados interesses nacionais e não ao sabor dos interesses particulares de empresas comerciais de colonização, precisa contar com aqueles recursos financeiros, porque as despesas correspondentes à primeira parcela precisam estar a cargo da entidade encarregada e porque, normalmente, o futuro colono, nacional ou estrangeiro, não possui economias capazes de fazer com que ele prescinda da ajuda correspondente à segunda parcela acima referida.

Quando muito, se pode considerar a Entidade colonizadora eximida do custeio da viagem do futuro colono, por ser ela financiada ou custeada por outra Entidade nacional, internacional ou estrangeira, conforme se trate de migrantes nacionais ou imigrantes alienígenas.

A despesa ainda é maior quando o colono é estrangeiro porque: vindo de outro hemisfério, de outras latitudes e de outras terras, para que o imigrante possa vencer em zonas novas, isto é, em região de mata virgem, requer uma assistência técnica e material que ainda mais onera a colonização, elevando as cifras há pouco citadas. Por exemplo: como ele não consegue derrubar a mata, o serviço precisa ser feito por nacionais já habituados, o que custava em 1950, de Cr\$ 1.200,00 a Cr\$ 1.400,00 o alqueire paulista (2,42 ha). Convém aqui ressaltar que os que têm tentado esse trabalho logo ao chegarem ao Brasil, adoecem e não raro desanimam.

Com esta breve exposição podemos imaginar quão vultosos precisam ser os recursos financeiros para a condução de vastos planos de colonização. E para termos uma outra idéia concreta do custo da colonização, levando em conta todas as parcelas, podemos citar os elementos extraídos do "Planejamento para a colonização agrícola do Brasil", recente trabalho de uma Comissão Técnica sob a direção do atual Presidente do Conselho de Imigração e Colonização.

Naquele planejamento estão estudados três núcleos coloniais sob a designação de "Colonização interior" nos Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Alagoas e dois outros sob a designação de "cinturão verde" nas proximidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Com os cinco núcleos podem ser absorvidas 7.200 famílias, num total de 41.000 pessoas assim discriminadas:

— 30 % de famílias brasileiras, a 8 pessoas por família em média — 16.000 pessoas;

70 % de famílias alienígenas, a 5 pessoas por família — 25.000 pessoas.

O plano prevê um investimento de Cr\$ 1.284.220.041,00 financiados pelo Banco de Des-

senvolvimento Econômico. Os autores do projeto acreditam numa produção de igual valor, assunto que não discutiremos porque só nos interessa focalizar quão vultoso é o investimento, bastando para tanto lembrar que a arrecadação prevista no Orçamento da União para 1954 é de Cr\$ 35.000.000.000,00. As afirmativas de que serão possíveis empréstimos internacionais para tal fim, até hoje não saíram do campo das hipóteses e pouco poderão mesmo auxiliar, porque os empréstimos efetuam-se em divisas e necessitamos de numerário-cruzeiro para as despesas no Brasil. No recente plano do Conselho de Imigração e Colonização, está prevista ajuda do Banco de Desenvolvimento Econômico, mas pelo próprio exemplo, verificamos que com a cifra disponível só são atendidas 7.200 famílias.

De qualquer forma, com ou sem ajuda do Banco de Desenvolvimento Econômico, convém uma providência que possibilite ao Estado mobilizar as suas riquezas de forma a poder realizar as obras de que necessita e para as quais não encontra recursos suficientes na receita normal até agora existente.

Sabemos que o Governo não deve comerciar, mas tem o dever de impedir que seus patrimônios venham a cair na mão de particulares, enriquecendo alguns felizardos, em lugar de possibilitar extensos benefícios à coletividade, tanto mais injusto e absurdo quanto a utilização de tais patrimônios pode proporcionar ao Governo, ou a entidades por ele criadas, os meios para os empreendimentos capazes de influir nos destinos do País.

Para exemplificar o quanto se pode fazer com a inteligente política de mobilização das riquezas à disposição do Estado e para fins de Colonização, citemos o caso da Fazenda dos Índios do Apucarana, com vinte mil alqueires de terras, a 80 km ao Sul da cidade de Londrina (Estado do Paraná), à qual está ligada por boa rodovia. Aí existiam, em 1950, pinheirais avaliados em um milhão de pés. O valor do pé de pinheiro nesta região era de Cr\$ 200,00. Logo, a doação destas terras com sua riqueza florestal a uma Fundação de colonização permitiria a utilização de Cr\$.. 200.000.000,00, sem falar no valor das próprias terras. E, se não vendêssemos todos os pinheiros, o que aliás não convém, a própria madeira seria preciosa no barateamento da colonização. Entre muitos exemplos, escolhemos este, porque aí tudo é favorável: está em prosseguimento a uma zona largamente colonizada, a terra é boa, o clima excelente, sua riqueza florestal (pinheiros) é facilmente transformável em capital para o custeio da colonização, e, além da ligação rodoviária com Londrina, terá, no futuro não muito distante, a via férrea Apucarana-Ponta Grossa passando em seu limite Oeste, sem falar na queda dágua, de 116 metros de altura do Rio Apucaraninha, no limite N da propriedade, e já parcialmente aproveitada para fornecer energia elétrica a Londrina.

Também em lugar de vendermos duzentos e poucos mil alqueires de terras, no vale do Iguaçu, por uns dez ou vinte milhões de cruzeiros, com pinheirais, como estava projetado, que só elas va-

liam muito mais (quando explorados evidentemente), parece preferível doá-los a uma Fundação capaz de tirar daí o Capital que a União não pode diretamente proporcionar à Colonização, a qual, além disso, colonizará a região quando oportuno, com muito mais eficiência que qualquer empresa comercial de colonização.

Ainda estamos mais convictos da necessidade de uma Fundação Nacional de Colonização porque, *apesar dos empreendimentos de colonização quando bem dirigidos, em boas terras, com possibilidade de escoamento fácil da produção, em bom clima e favoráveis condições de salubridade, serem altamente rendosos*, isto só acontece após quase um decênio e, no Brasil, onde o capital é escasso, dificilmente o capital particular sujeita-se a esperar tanto. Justamente por isto, são raríssimas as empresas de colonização do vulto da Companhia Terras Norte do Paraná que, em vinte anos de atividade, colonizou 400.000 alqueires de terras, possibilitando a formação de mais de vinte mil propriedades rurais florescentes, construindo 2.500 km de estradas de rodagem, dando origem a 5 municípios e criando várias cidades e pequenas localidades espaçadas entre si de 10 a 12 km, desde Londrina, a menos nova, até Maringá a mais recente, aberta já no próprio coração da área total de pouco mais de quinhentos mil alqueires que a Cia. adquirira. Esta Companhia, que iniciou seu trabalho com um capital de Cr\$ 18.500.000,00, elevado posteriormente a Cr\$ 56.000.000,00, viu de 1946 a 1950 dando um lucro líquido da ordem de Cr\$ 50.000.000,00. Mesmo esta grande companhia que em 1950 ainda possuía 100.000 alqueires a colonizar, não nos pôde ajudar num programa de imigração colonizadora, pois, não lhe convinha, como não lhe convém esperar pelo imigrante, quando há dentro do País quem primeiro se apresente para a aquisição dentro de suas bases comerciais de 30 % de sinal e quatro outras prestações anuais.

Alongamo-nos no exemplo para mostrar que uma Fundação de Colonização bem administrada poderá multiplicar seu capital e, fazendo-o reverter sempre em proveito da colonização, incrementará esta numa escala sempre crescente, como convém.

Como deve ser orientado o planejamento da colonização?

À primeira vista, o planejamento nacional de colonização mais simples seria o que integrasse as informações de todos os planos dos diversos núcleos coloniais existentes no País, pertencentes a empresas particulares ou administrados pelo Governo Federal ou pelos Governos Estaduais. Seria um planejamento em que a direção central fosse capaz de manter-se continuamente em dia sobre o desenvolvimento da colonização em cada núcleo, para, conhecendo as disponibilidades de lotes em cada um deles e suas respectivas condições, poder promover o encaminhamento de nacionais ou de estrangeiros, de acordo com as circunstâncias e facultando-lhes sempre o máximo

de escolha. Um tal planejamento está por ser feito. Teria a virtude de permitir que as atuais atividades das diversas empresas se desenvolvessem como até hoje se têm desenvolvido e também que a Direção responsável pelas migrações e pela Colonização, pudesse aproveitar ao máximo as disponibilidades que os núcleos daquelas empresas oferecessem em cada ocasião.

A verdade, no entanto, é que, apesar de útil e recomendável, um planejamento na base de empresas colonizadoras particulares e de núcleos sob administração estatal não pode satisfazer, como vimos. É preciso então garantir a exequibilidade do planejamento de entrosamento das migrações internas e do exterior para os fins de colonização agrícola, com a existência de núcleos coloniais pertencentes a uma Fundação Nacional de Colonização, cuja missão precípua seja justamente assegurar a execução do planejamento. Por outro lado é preciso não esquecer que o dirigismo absoluto jamais conseguirá grandes resultados, principalmente em relação à imigração para atividades agrícolas. Não podemos esquecer que a força motriz das migrações é sempre a que emana da vontade humana de migrar para este ou aquêle destino; e, assim, o Estado deverá desempenhar sempre um papel de orientador e no máximo de regulador, jamais de um dirigente discricionário.

É preciso então criar um sistema de cadeia capaz de funcionar normalmente, com o mínimo de interferência estatal. O poder público agirá sómente para criar as bases que possibilitem o funcionamento dessa cadeia.

Vejamos esquematicamente como seria esse sistema.

Suponhamos que "A" seja uma zona de emigração, onde através de vários estudos e observações, tem-se a certeza de que a massa aí existente seja capaz de migrar para outras zonas entre as quais contamos a zona "B". O planejamento deve objetivar criar uma cadeia para que a migração se processe com naturalidade, mas de acordo com os interesses do Estado. Como criar uma tal cadeia? Escolhendo-se na zona "A" famílias e elementos de prestígio local, isto é, que gozem de confiança no meio em que vivem e que reúnem qualidades asseguradoras de êxito nas atividades que irão desenvolver em "B". Em seguida, a assistência àquelas famílias deve ser a mais completa possível para diminuir as dificuldades de adaptação, já que vão para um meio desconhecido em "B".

Sabemos como são grandes as dificuldades financeiras para extensos programas de imigração para fins de colonização agrícola. É preciso de um lado diminuir o ônus que recai sobre os ombros da direção executiva do planejamento, aliviando-a de todas as despesas que possam ser custeadas pelos colonos e de outro lado convém não desperdiçar recursos financeiros com colonos que não demonstrem aptidões para o esforço independente que precisam e terão de desenvolver. Como conciliar isto?

Sabemos que a maioria dos que migram para as atividades agrícolas não traz capitais vultosos, e a maior parte das vezes não possui mesmo re-

ursos materiais que lhe assegurem vencer sem auxílio financeiro, no primeiro ano de atividade num núcleo colonial.

E' preciso proporcionar àquelas primeiras famílias oportunidades certas para que, com o esforço de dois, três ou quatro anos de trabalho, façam seu pecúlio, de modo a poder vencer financeiramente, num núcleo colonial, sem ajuda substancial de terceiros. Além disso, a experiência adquirida e a prova de capacidade demonstrada são garantias do sucesso que alcançarão. Trata-se para aquilo de escolher pelo planejador os satisfatórios lugares de emprêgo. O conjunto dêles constituirá o que poderíamos chamar a base de operações da imigração para fins agrícolas. As melhores colocações serão encontradas em médias e grandes propriedades agrícolas, com boas terras e que operam no regime de meação. Quem conhecer, por exemplo, o Norte do Paraná ou as fazendas das imediações do Rio de Janeiro e de São Paulo, estas para os que têm experiência da pequena lavoura, da avicultura ou da exploração intensiva de laticínios e aquelas para os que preferem a produção de cereais, compreende como não é difícil encontrar emprêgo com boas perspectivas para a formação de um pecúlio de Cr\$ 30.000,00 a Cr\$ 50.000,00 no fim de dois, três ou mais anos de trabalho. No Norte do Paraná, a existência de inúmeras pequenas cidades com necessidade de especialistas em vários ramos de atividades, como sejam: mecânicos, eletricistas, carpinteiros, serrarieiros, marceneiros, soldadores etc., constituem, ao lado daqueles empregos rurais, oportunidades para que alguns elementos recrutados na Zona "A" também encontrem oportunidades de sucesso e venham a ser ótimos elementos informantes e estimulantes do funcionamento da cadeia, que se deseja estabelecer.

Sabemos ainda que o agricultor alienígena sonha trabalhar por conta própria, ter a sua pequena propriedade; então é preciso garantir-lhe esta possibilidade, tão logo reúna determinados recursos.

Como nenhuma empresa particular de colonização se sujeita a reservar lotes esperando 2, 3, 4 e 5 anos por um colono, nem tampouco se submete a receber depois o pagamento em 10 modicas prestações anuais, sem uma entrada substancial de 30 %, como costumam exigir, ainda mais se torna indispensável uma Fundação Nacional de Colonização que devido à finalidade social que norteia suas atividades, poderá atender a todas essas necessidades.

Na fase em que o futuro colono está empregado para reunir recursos, naturalmente estará escrevendo para seus parentes e amigos ainda na zona "A", informando sobre a vida, os costumes e as perspectivas de êxito, condições essenciais para que venham novos imigrantes confiantes no que lhes espera e conscientes do esforço a despender. O sistema não tem só a virtude de criar um clima de confiança na zona "A", mas também na zona "B". Sabe-se que uma das grandes dificuldades no desabrochar de um tal planejamento é que os empregadores sempre temem os contratos com pessoas

que não conhecem, sobre as quais as informações são vagas e sem garantias.

Os empregadores passarão a avaliar os futuros contratados através da experiência com os primeiros, e adquirirão a confiança para novos contratos em função daquela experiência.

Os primeiros irão para os núcleos coloniais e serão substituídos em seus empregos iniciais por novos imigrantes. Nos núcleos coloniais serão aqueles ainda os orientadores dos que se lhes seguirão. Assim a cadeia funcionará e com a vantagem de não haver colapso nas atividades produtoras nos locais de emprêgo temporário, porque à saída de uns corresponderá a chegada de novos elementos de trabalho.

A assistência é essencial tanto naquele estágio preliminar, como durante o início de atividade no núcleo colonial, porque é o único meio de resolver a grande questão de adaptação ou pelo menos de facilitá-la. O planejador não deve esquecer de que não se trata só de adaptação climática e de outras relações com o meio ambiente, mas que vão mesmo a certos conhecimentos técnicos indispensáveis, ligados ao conhecimento do solo e às características de culturas agrícolas que porventura ainda não conheçam.

5. NOTÍCIAS SÔBRE

- legislação que rege a matéria;
- organismos que intervêm;
- acôrdos internacionais.

LEGISLAÇÃO QUE REGE A MATÉRIA

Imigração

Segundo a lei (Decreto-lei n.º 7.967 — 18 de setembro de 1945), imigrante é todo estrangeiro que vem para o Brasil com a intenção de nele se fixar. A este são concedidos, na forma da lei, os vistos chamados permanentes ou os permanentes especiais.

O conceito errôneo e até certo ponto pejorativo de que imigrante é o estrangeiro que para aqui viaja, na terceira classe de um navio, com a intenção de fixar residência no País, já hoje cedeu lugar a um conceito muito mais geral e correto.

A vida e a dependência internacionais cada vez exige maior intercâmbio entre filhos de Países diversos, ocasionando à latere das migrações definitivas, acima aludidas, aquelas outras de caráter transitório, temporário, por prazos regulares ou ocasionais. Estes estrangeiros que não são propriamente imigrantes recebem para entrar no Brasil o "visto de trânsito" para uma estada de 30 dias ou o que chamamos "visto temporário", concedido para uma estada até 180 dias aos turistas, aos que empreendem viagens culturais ou de núpcias e ainda por mais de 180 dias até 4 anos, a estudantes, aos técnicos e aos professores contratados, cujo visto se chama de "temporário especial".

A nossa legislação prevê duas grandes categorias de imigração, a chamada espontânea e a dirigida.

Não há, nem seria possível haver, uma diferenciação rígida entre ambas. Em qualquer delas é a vontade da pessoa humana que tem a prioridade, isto é, a iniciativa ou a decisão de migrar e em nenhum dos tipos, no conceito moderno da migração, exclui-se a disciplinação ou o controle por parte dos Estados, não só do brasileiro como dos Países de emigração.

Para nós, imigração espontânea significa um mínimo de controle e ausência de despesa por parte do Estado. Enquanto que imigração dirigida comporta uma maior disciplinação, mas também maiores despesas.

A política adotada para a imigração espontânea atende a dois princípios: — um, em que prevalece o sentimento de humanidade e outro em que predominam as razões sócio-econômicas.

Por sentimento de humanidade, as crianças e os velhos (maiores de 60 anos), sem quaisquer restrições, a não ser as que defendem o estado sanitário de nosso povo, são admitidos, quando solicitados por pessoas de suas famílias, residentes no Brasil. Para isto, o órgão competente é a Divisão de Passaportes do Ministério das Relações Exteriores, que atende aos requerimentos instruídos com a prova de permanência no Brasil e com os compromissos de manutenção daqueles. Respeita-se, assim, a instituição da família em que se fundamenta a estrutura de nossa civilização.

Mas, quando não se trata de estrangeiros que dependam de amparo de parentes no Brasil, ou seja, alienígenas entre 18 e 60 anos, candidatam-se estes junto aos Consulados brasileiros no Exterior, que estão habilitados a conceder ou a negar os vistos dentro das instruções que, embora liberais, devem sempre comportar restrições, visando a defesa do trabalhador nacional, dos interesses econômicos do País e até mesmo de sua segurança.

Na imigração dirigida é a intervenção estatal que permite um controle maior, mas, em compensação, sempre com ônus financeiro, seja para uma das partes ou Estados interessados ou para ambos os Estados.

Cotas — A restrição imposta à imigração por intermédio de cotas, calculadas na base de 2% dos nacionais entrados no Brasil entre 1.º de janeiro de 1884 e 31 de dezembro de 1933, foi estabelecida na Constituição de 1934, mantida na de 1937 e omitida na de 1946.

A lei em vigor, anterior à Constituição de 1946, mantém a restrição através das cotas, em seu artigo 3.º. A imigração dirigida está isenta do regime de cotas pela mesma lei.

O regime inspirou-se na solução norte-americana, onde entrou em vigor em 1922. Seu objetivo principal no Brasil foi opor uma barreira indireta, ou melhor oferecer uma ponderável limitação ao incremento da imigração de asiáticos.

Segundo estou informado, recente circular do Ministério das Relações Exteriores ao Corpo Con-

sular Brasileiro, extinguiu praticamente o controle das cotas ao autorizar a concessão livre dos vistos de entradas para o Brasil, sem qualquer preocupação de discriminação de raças ou religiões.

Colonização

A obra de colonização não é, absolutamente, privativa do Estado, embora sujeita à orientação e à fiscalização dos órgãos federais.

A orientação e a fiscalização de ordem geral competem ao Conselho de Imigração e Colonização, (6) enquanto que as de ordem técnica estão afetas ao Ministério da Agricultura, (7) por intermédio da Divisão de Terras e Colonização. (8)

A execução da colonização pode processar-se por intermédio:

- do órgão federal — Divisão de Terras e Colonização;
- das entidades estaduais ou municipais, previstas nas respectivas estruturas administrativas;
- ou de particulares, como tal compreendidos desde a raridade de indivíduos com recursos próprios para tal empreendimento, até as sociedades ou companhias, inclusive as autarquias e as sociedades de economia mista.

Vasta legislação trata:

- da exigência de planejamento de colonização;
- das concessões e transações de terras:
 - em todo o território brasileiro e
 - na faixa de fronteiras;
- do loteamento de terras para venda a prestações
- registro e autorização para operar;
- das condições técnicas para a constituição de centros de colonização (Núcleos coloniais — Colônias Agrícolas Nacionais — Granjas-modélo);
- do controle e fiscalização;
- das prescrições que restringem a concentração de alienígenas e as destinadas a facilitar sua assimilação e a de seus descendentes;
- do aproveitamento e amparo do nacional na colonização;
- das condições para aquisição de lotes;
- dos deveres do colono;
- das penalidades a que está sujeito o colono;
- das vantagens e benefícios concedidos aos colonos;
- das normas relativas ao pagamento ou ligadas às concessões, títulos de propriedade e sua transferência a terceiros;
- da emancipação dos núcleos coloniais ou colônias agrícolas nacionais;
- e das disposições diversas.

ORGANISMOS QUE INTERVÊM

Há um órgão coordenador que é o Conselho de Imigração e Colonização. (8)

(6) Art. 51 do Decreto-lei n.º 7.967; Art. 1.º do Decreto-lei n.º 2.681.

(7) Art. 3.º do Decreto-lei n.º 2.681; Art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.117.

(8) Pela Lei n.º 2.163 de 5 de janeiro do corrente ano de 54 tais órgãos foram extintos e substituídos pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Mas a verdade é que este Instituto ainda não começou a funcionar. A lei não foi regulamentada. O Presidente do INIC não foi nomeado e aquêles órgãos extintos por lei estão ainda funcionando.

Sem encargos executivos, porque fora das órbitas ministeriais, tem, entretanto, o Conselho grande autoridade consultiva e pode ser capaz de coordenar tôdas as atividades concernentes à migração, colonização e assimilação, porque integrado pelos dirigentes dos órgãos executivos dos diferentes Ministérios e por outros membros que podem interpretar os interesses nacionais.

Os órgãos executivos são:

- na concessão de vistos de entrada — as repartições consulares no exterior. Assessorados por comissões de seleção quando se trata de imigração dirigida ou de qualquer imigração semelhante (como a que poderíamos batizar de coordenada ou semidirigida);
- para os controles do ponto de vista sanitário, o Serviço de Saúde dos Portos (SSP);
- para o controle e assistência do imigrante e ao migrante nacional, o Departamento Nacional de Imigração (DNI);
- para o controle do estrangeiro em território nacional e para cooperação com o SSP e o DNI, a Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, com seu Serviço de Registro de Estrangeiros; (9)
- para a transformação de temporários em permanentes e para o processamento de naturalização, o Departamento do Interior e Justiça;
- para a Colonização, a Divisão de Terras e Colonização. (10)

ACÓRDOS INTERNACIONAIS

Como vimos, após a I Guerra Mundial foram progressivamente aumentando as restrições à livre migração anteriormente existente. Inicialmente, da parte dos países de imigração e depois também dos de emigração, alguns dos quais chegaram à proibição integral e outros à permissão só para determinados grupos populacionais, não raro aquêles de menor interesse para tais países.

Tornaram-se difíceis:

- os vistos para a entrada;
- as permissões de saída.

Agravaram-se as situações com os rigorosos impedimentos oferecidos na ocasião dos desembarques.

O sentimento dos direitos do homem a ser assistido por seu País, mesmo além da fronteira, não raro constituiu mais um obstáculo, quando justificada ou abusivamente os estrangeiros desajustados ou descontentes apelavam para a repatriação, onerando o País de emigração.

A solução só podia ser encontrada, então, na base de acordos internacionais. Atualmente temos um, firmado com a Itália, e outro, com a Holanda. O primeiro é mais normativo que o estabelecimento de uma base concreta de compromissos materiais, ligados à execução, como é o segundo.

Além disso, temos tido acordos de duração e compromissos perfeitamente delimitados com

entidades responsáveis pela migração de pessoas deslocadas. Podemos citar os firmados inicialmente com a PCIRO e posteriormente com a IRO; o firmado com a Caritas Suíça para a imigração de "suábios do Danúbio" e mais recentemente com o Comitê Intergovernamental para migrações européias. (11)

Os aspectos principais observados nesses acordos são:

- o custeio da viagem internacional;
- o custeio da estada e viagem no Brasil;
- as facilidades de visto, inspeção no desembarque e formalidades de registro e exercício de atividades profissionais;
- os financiamentos, no caso de imigração colonizadora.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

COMO ENCARAR O PROBLEMA IMIGRATÓRIO PARA O BRASIL?

Não devemos esquecer os traços gerais da situação demográfica do mundo, antes de apreciar a importância da imigração para o Brasil, porque não é possível nos considerarmos isolados na Terra.

A população mundial continua a crescer, apesar das guerras deste século, conforme revela o "Demographic Yearbook, 1949-50", editado pelas "Nações Unidas":

Ano	População mundial
1920	1.834.000.000
1930	2.008.000.000
1939	2.195.000.000
1949	2.378.000.000

As emigrações do Velho Mundo euro-asiático não têm sido de modo a evitar o crescimento de sua densidade populacional, como se observa no quadro adiante e é esta situação que precisamos levar em conta para compreender que continuam a subsistir ponderabilíssimas razões determinantes de correntes migratórias para as regiões novas, de fraca densidade demográfica, entre as quais está o Brasil.

EUROPA	ANO	PESSOAS POR KM ² (Densidade populacional)
Central e Norte-Ocidental	1920	65
	1930	69
	1939	72
	1949	78
Sul-Oriental	1920	68
	1930	75
	1939	82
	1949	88

(9) Nos Estados, o Serviço é feito por sua Polícia mediante acordo.

(10) Às vezes, órgão estadual mediante acordo com o Ministério da Agricultura.

(11) Em que se transformou a "International Refugee Organization".

Para melhor compreensão de que há países que por força de sua densidade demográfica elevada devem ser considerados, fatalmente, como de emigração, ao lado de outros de baixos índices populacionais, que os colocam na posição de países de imigração, apresentamos o quadro que se segue, organizado com dados extraídos da mesma publicação, há pouco citada:

POPULAÇÃO POR KM2 EM 1949

Alemanha (incluindo "displaced persons" em campos)	195
Bélgica	283
Coréia do Sul	219
Holanda	299
Índia	115
Inglaterra	206
Itália	154
Japão	225
Sarre	361
França	76
Nova Zelândia	70
Espanha	56
Argentina	6
Austrália	1
Brasil	6
Canadá	1
Chile	8
Colômbia	10
Estados Unidos	19
México	13
Paraguai	3
Peru	7
Uruguai	13
Venezuela	5

Verificamos, à luz do quadro anterior e de outras considerações, que a Europa e a Ásia apresentam, de um modo geral, do ponto de vista demográfico, condições de fontes naturais de emigração, com alguns países numa situação muito mais crítica que outros. De fato, se a Espanha apresenta um índice relativamente baixo, de 56 habitantes por km² entre os Países que foram alisados no quadro acima, a Holanda com 299 habitantes por km² se vê numa situação grave, devido à perda de suas Índias para onde imigrava parte de seu excesso populacional e devido ao fato de que, nos anos de 1945 e 1946, sua balança migratória de Entradas e Saídas acusou um saldo positivo contra fracos saldos negativos nos três anos seguintes, como esclarece o quadro adiante.

BALANÇO MIGRATÓRIO NA HOLANDA

ANOS	1945	1946	1947	1948	1949
Entradas..	38.216	107.373	54.426	48.341	39.600
Saídas....	22.418	48.645	65.897	68.530	59.400

Sem levar em conta a situação do Extremo Oriente, a necessidade emigratória pode ser expressa: em 60.000 holandeses que anualmente precisam demandar novas terras; em 350.000 a

400.000 pessoas que devem emigrar da Itália, sem levar em conta a existência de 2.000.000 de desocupados naquele país, para os quais muito correram os repatriados da Líbia; em cerca de 2.000.000 entre "displaced persons", "refugiados" e "repelidos", da Rússia, da Polônia, da Prússia Oriental, da Tchecoslováquia, da Hungria, da Romênia, da Iugoslávia etc. e que hoje se encontram na condição de pessoas deslocadas na Áustria, na Alemanha Ocidental, na Suíça, na Grécia, em Trieste etc., sem possibilidades de lá se fixarem.

Concluímos então que na Itália, na Holanda, na Áustria e na Alemanha Ocidental, bem como no Japão, na China e na Índia, há um estado de densidade demográfica denunciador de que podemos chamar força incitadora de emigração. A latere desta conclusão, convém lembrar que o território brasileiro comporta um sensível acréscimo populacional de corrente alienígena.

Estabelecida esta base de raciocínio, resta-nos responder aos seguintes quesitos:

— A imigração é indispensável a nosso desenvolvimento agrícola?

— Caso negativo, convém admitir imigração e mesmo incrementá-la?

Apesar de muitos pensarem e até proclamarem que precisamos de imigração para desenvolver a produção agrícola, tal não corresponde à realidade; é hoje um conceito errôneo. Não estamos absolutamente dependendo do braço estrangeiro para o progresso agrícola do país, e, entre os inúmeros exemplos comprovantes, podemos citar o recente desenvolvimento de São Paulo e do Norte do Paraná, onde é indiscutível a obra do braço nacional.

Entre vários pesquisadores e estudiosos que assim pensam, podemos citar WAIBEL, insuspeito por tratar-se de autoridade estrangeira, com vários anos de trabalho entre nós. Por outro lado, é necessário reconhecer que os maiores contingentes disponíveis para a emigração, não é mais como o foi no século passado, de excessos populacionais de atividades agrícolas.

Uma tal resposta não significa em absoluto desconhecer valor numa possível imigração para atividades agrícolas, mas tão-somente que o desenvolvimento destas não está na dependência do braço estrangeiro. Não podemos desconhecer que novas técnicas e reforços de mão-de-obra agrícola trazidos pela imigração terão inofismável utilidade num país de economia em expansão como é o nosso caso.

Sabemos que há indivíduos radicalmente contrários à imigração, por acreditarem que só de um grupo social homogêneo se pode esperar uma civilização de nível elevado. Mas contra os que assim pensam, nos colocamos ao lado dos que acham que a coexistência de diferentes grupos de população é essencial para o desenvolvimento de uma civilização vigorosa e progressiva. Há ainda os extremados nacionalistas que, esquecidos dos benefícios já salientados no início deste trabalho para um país de imigração, combatem-na ou

prejudicam-na através da exagerada proteção ao elemento nacional e se opõem às dotações de verbas para a migração, defendendo que estas devem ser empregadas só em favor dos nacionais.

Mais do que a favor da imigração, somos por seu incremento em escala crescente ainda por muitos e muitos anos, porque, além de tôdas aquelas condições, não resta dúvida que, hoje em dia, o potencial humano é fator essencial no Poder das Nações e que mais do que quantitativamente influí seu valor qualitativo.

Estamos numa fase de desabrochar de nossas atividades industriais. Acreditamos que para a indústria devemos encarar a vinda de alienígenas em larga escala. Que é possível e mais fácil do que para fins agrícolas, não temos dúvida. Para tanto tornam-se necessários escritórios de colocação eficientes e bem coordenados. Trata-se de uma imigração mais viável, porque a massa emigratória atualmente disponível é muito mais de atividades industriais, do que de verdadeiros agricultores. Estes, em sua grande maioria, trabalham em suas propriedades e não as pretendem abandonar. Salvo raras exceções, constatamos hoje em dia muitas levas de falsos agricultores a comprometer a própria imigração em geral. Além disso, a imigração para fins industriais é muito mais fácil, porque muito menos onerosa que a imigração colonizadora. E este é um aspecto de que não podemos esquecer, se quisermos grandes levas imigratórias. Os próprios Estados Unidos tiveram seus picos imigratórios ligados justamente ao desenvolvimento industrial.

Resta-nos agora indagar se devemos admitir uma imigração indiscriminada, do ponto de vista racial e de nacionalidades de origem, ou por outra, quais das nações com características emigratistas, há poucas vistas, que mais nos convém? Acreditamos que a melhor resposta será a decorrente das seguintes perguntas:

Quais as nacionalidades que mais se têm destacado na formação do povo brasileiro?

A simples observação dos gráficos revela-nos que se destacam em nossa formação demográfica as nacionalidades de origem europeia, e entre estas uma sólida base latina de português, italianos e espanhóis, ao lado de uma imigração alemã, que, embora não muito numerosa, se tem mantido com uma permanência tal que a consagra como uma das correntes mais tradicionais.

Quem tem oferecido maiores facilidades à assimilação? Os asiáticos ou os europeus?

Quando atentamos para certas manifestações concretas de reação à assimilação, como seja o hábito de falar no lar a língua de origem, verificamos como os japonêses apresentam dificuldade à assimilação natural, mesmo sem entrar na apreciação de um outro fator, que nem chegamos a analisar, qual seja a questão do casamento, um dos melhores elementos para a assimilação de um alienígena em qualquer país.

Como encarar a realidade das migrações internas?

A migração interna se de um lado tem corrido para melhor distribuição de população no território nacional, como vimos, de outro lado vem agravando o desequilíbrio econômico entre o Norte e o Sul do País, melhor precisando, entre as Regiões Nordeste e Leste de um lado e a Região Sul de outro lado, e especialmente nos Estados mais sacrificados pela perda de grandes contingentes populacionais.

Assim nós vemos Alagoas, Sergipe, Paraíba, Minas, Rio Grande do Norte e Espírito Santo numa situação de franca perda populacional.

Proibir a migração interna é uma solução incompatível com o respeito devido ao direito de livre locomoção. Portanto, para evitar migrações internas inconvenientes, só podem ser adotados processos de ação indireta.

Entretanto, como a latere do movimento natural, um apreciável coeficiente migratório corre por conta da exploração inescrupulosa de aliciadores clandestinos, interessados por motivos vários no transporte de migrantes, quer por estrada de ferro, quer nos célebres "paus de arara" — é admissível, e até recomendável, um controle da migração interna. Conter aquelas atividades ilícitas não significa proibir a migração interna, o que seria absurdo e toda a ação governamental a respeito precisa subordinar-se a esta preliminar.

Entre os processos indiretos para evitar uma migração interna prejudicial, podemos citar: adequados planos de colonização nas zonas em que existam terras aráveis, e planos de desenvolvimento industrial onde as terras sejam pobres; no primeiro caso para fixar o homem ao solo através da propriedade rural e no segundo para proporcionar-lhe razoáveis condições de emprêgo indispensáveis a uma vida digna.

Cabe aqui lembrar a necessidade da desapropriação das terras marginais dos açudes, das terras das bacias por eles irrigáveis, e das terras cortadas por novas vias de comunicações terrestres para possibilitar a realização dos indispensáveis planos de colonização.

Com o adequado parcelamento de propriedades rurais e a indispensável assistência aos agricultores ao lado do estabelecimento de grandes indústrias, onde recomendável, será possível enfraquecer as atuais fôrças incitadoras de emigração ou de contrabalançar os efeitos das fôrças de atração de outras regiões do País.

Admitida a inevitabilidade dos movimentos migratórios internos, tem o Estado o dever de assistir os migrantes em seus deslocamentos e de orientar seus estabelecimentos, facilitando-lhes a vida nas naturais dificuldades do período de adaptação.

Este é o ponto em que estamos mais atrasados no Brasil. E' preciso assistir os migrantes durante seus deslocamentos e na fase de adaptação, para evitar marginais, mesmo nos centros ur-

banos. Só através de uma adequada assistência preservaremos nossos migrantes contra os terríveis efeitos dos desajustamentos a que já nos referimos, em que a instabilidade e a incerteza da vida conduzem à prática do golpe ou do imediatismo sob diversas formas, quando não mesmo ao crime.

QUE É INDISPENSÁVEL FAZER PARA DESENVOLVER
A COLONIZAÇÃO NO BRASIL?

E' indispensável dispor-se de uma organização capaz de planejar a Colonização segundo os altos interesses nacionais e de desenvolvê-la progressivamente tirando o máximo partido de recursos cada vez mais vultosos, que para tal fim possam ser destinados ou mobilizados. Pelas razões já expostas, tanto mais a colonização precisa entrosar-se com as migrações, vindas do exterior ou do interior do País, ou delas depende, mais uma Fundação de Colonização, com as características que expusemos, se torna indispensável.

BIBLIOGRAFIA

Population Analysis — T. LYNN SMITH.

Population Problems — WARREN S. THOMPSON.

O problema dos deslocados — Min. HÉLIO LÔBO.

Demographic Yearbook — 1949-1950 (ONU).

A History of World Civilization — J. E. GWAIN.

Introductions à l'étude géographique de la Population du Monde — PIERRE GEORGE.

Histoire de la Population Mondiale — MARCEL R. REINTARD.

Les fondements de la Géographie Humaine — MAX SORRE.

Corrientes Demográficas Mundiales — KINGSLEY DAVIS.

Traité de démographie — ADOLPHE LANDRY.

Estudos brasileiros de População — CASTRO BARRETO.

História da Imigração no Brasil — Uma interpretação — FERNANDO CARNEIRO — ("Boletim Geográfico" n.º 69 — Dez. 1948).

Imigração e Colonização no Brasil — J. FERNANDO CARNEIRO — (Faculdade Nacional de Filosofia — 1950).

"Boletim Geográfico" n.º 91 — *Ligeiras notas a respeito do quadro da imigração no Brasil a partir de 1820* — ARTUR HEHL NEIVA e J. FERNANDO CARNEIRO.

Imigração en Brazil — Conselho Econômico e Social das Nações Unidas — 1/Mai/50.

A Imigração Italiana no Brasil e algumas características demográficas do Grupo Italiano de São Paulo — GIORGIO MORTARA.

Estudos sobre as Línguas estrangeiras e aborígenes faladas no Brasil — (I.B.G.E. — C.N.E. — 1950).

Contribuição ao Estudo da Assimilação Matrimonial e Reprodutiva dos Diferentes Grupos Estrangeiros na População do Brasil.

Migrações Internas no Brasil — Estudo preliminar — 1952 — Instituto de Economia — (Órgão da Fundação Mauá).

Migrações Internas — Conjuntura Econômica — Números 5 e 6 de maio e junho de 1952.

Diversas publicações dos Censos Demográficos de 1920, 1940 e de 1950 — (Serviço Nacional de Recenseamento).

A Colonização Alemã no Espírito Santo — ERNEST WAGEMANN.

Princípios de Colonização Européia no Sul do Brasil — Leo WAIBEL.

Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul — ORLANDO VALVERDE.